

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E NOVAS
TECNOLOGIAS**

SUELI DE FÁTIMA FERREIRA DE ANDRADE

**OS CENÁRIOS HISTÓRICOS, MEMORIALÍSTICOS E PATRIMONIAIS
DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA ENQUANTO TERRITÓRIOS DE
APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DAS CIDADES EDUCADORAS**

CURITIBA

2022

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS**

SUELI DE FÁTIMA FERREIRA DE ANDRADE

**OS CENÁRIOS HISTÓRICOS, MEMORIALÍSTICOS E PATRIMONIAIS DO
MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA ENQUANTO TERRITÓRIOS DE APRENDIZAGEM
NA PERSPECTIVA DAS CIDADES EDUCADORAS**

CURITIBA

2022

SUELI DE FÁTIMA FERREIRA DE ANDRADE

**OS CENÁRIOS HISTÓRICOS, MEMORIALÍSTICOS E PATRIMONIAIS DO
MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA ENQUANTO TERRITÓRIOS DE APRENDIZAGEM
NA PERSPECTIVA DAS CIDADES EDUCADORAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Educação e Novas Tecnologias.

Área de Concentração: Educação

Orientador: Prof. Dr. André Luiz M. Cavazzani.

CURITIBA

2022

A553c Andrade, Sueli de Fátima Ferreira de
Os cenários históricos, memorialísticos e patrimoniais do município de Araucária enquanto territórios de aprendizagem na perspectiva das cidades educadoras. - Curitiba, 2022.
88 f. : il. (algumas color.)

Orientador: Prof. Dr. André Luiz M. Cavazzani
Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias) – Centro Universitário Internacional UNINTER.

1. Araucária (PR). 2. História – Estudo e ensino. 3. Ensino fundamental. 4. Cidades educadoras. 5. Currículos. 6. Tecnologia educacional. I. Título.

CDD 371.334

Catálogo na fonte: Vanda Fattori Dias - CRB-9/547



CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO-PGPE
PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS
Secretaria do Mestrado e Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias

Defesa N° 021/2022

**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO PARA CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE EM
EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS**

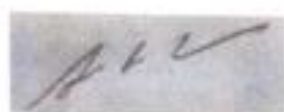
No dia 27 de outubro de 2022, às 9h reuniu-se via web conferência a Banca Examinadora designada pelo Programa de Mestrado e Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias, composta pelos professores doutores: André Luiz Moscaleski Cavazzani (Presidente-Orientador-PPGENT/UNINTER); Ana Claudia Urban (Integrante Externo/ UFPR); Alceli Ribeiro Alves (Integrante Interno Titular - PPGENT/UNINTER); Luana Priscila Wunsch (Integrante Interno Suplente - PPGENT/UNINTER), para julgamento da dissertação: "OS CENÁRIOS HISTÓRICOS, MEMORIALÍSTICOS E PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA ENQUANTO TERRITÓRIOS DE APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DAS CIDADES EDUCADORAS", da mestranda Sueli de Fatima Ferreira de Andrade. O presidente abriu a sessão apresentando os professores membros da banca, passando a palavra em seguida à mestranda, lembrando-lhe de que teria até vinte minutos para expor oralmente o seu trabalho. Concluída a exposição, a candidata foi arguida oralmente pelos membros da banca.

Concluída a arguição, a Banca Examinadora reuniu-se e comunicou o Parecer Final de que a mestranda foi:

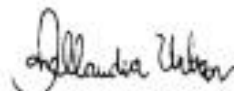
- APROVADA, devendo a candidata entregar a versão final no prazo máximo de 60 dias.
- APROVADA somente após satisfazer as exigências e, ou, recomendações propostas pela banca, no prazo fixado de 60 dias.
- REPROVADA.

O Presidente da Banca Examinadora declarou que a candidata foi aprovada e cumpriu todos os requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação e Novas Tecnologias, devendo encaminhar à Coordenação, em até 60 dias, a contar desta data, a versão final da dissertação devidamente aprovada pelo professor orientador, no formato impresso e PDF, conforme procedimentos que serão encaminhados pela secretaria do Programa. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata que vai assinada pela Banca Examinadora.

Recomendações: Revisão gramatical.



Dr. André Luiz Moscaleski Cavazzani
Presidente da Banca



Dra. Ana Claudia Urban
Integrante Externo



Dr. Alceli Ribeiro Alves
Integrante Interno Titular

Dra. Luana Priscila Wunsch
Integrante Interno Suplente



Sueli de Fatima Ferreira de Andrade
Mestranda

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela dádiva da vida!

À família, por todo o aprendizado enquanto primeira escola!

À minha irmã de sangue, Roseli, que sempre esteve ao meu lado, e à Elisa Daniele, minha irmã do coração, com quem tenho aprendido importantes lições!

À Paula Heloisa, companheira de leituras e ilustradora dos ícones do produto desta pesquisa, que além de ser uma bênção em minha vida, trouxe-me a maternidade como melhor presente.

Ao Paulo Eduardo de Andrade, meu companheiro nesta jornada, pela paciência e amor com que vem acolhendo e compartilhando dos meus sonhos, medos e conquistas nestes 17 anos de cumplicidade e aprendizagem.

Ao meu orientador, Prof.^o Dr.^o. André Luiz M. Cavazzani, por ter aceito minha pesquisa, pela sua paciência e compreensão com minhas limitações na área da história, pois reconheço que por não ser historiadora, foi uma caminhada de intensa pesquisa e muito aprendizado.

Ao Prof.^o Dr.^o. Alceli Ribeiro Alves e à Prof.^a Dr.^a Ana Claudia Urban, que leram minha pesquisa e com muito zelo e respeito indicaram o modo como poderia ser lapidado este meu diamante bruto, até então chamado de “pesquisa”.

À Secretaria Municipal de Educação de Araucária, pela partilha de desafios, limites e superações.

A todos os colegas e à minha Diretora do Departamento de Ensino Fundamental de Araucária, Eliane Terezinha Buwai Krupa, pelo apoio, incentivo e amizade.

Aos responsáveis pelo Arquivo Histórico Archelau de Almeida Torres, pelo Jornal Popular e pela página do *Facebook*, “Araucária, uma cidade, uma saudade”, que contribuíram imensamente com as fontes de pesquisa que resultaram no produto deste estudo.

Aos colegas docentes que partilham dos sonhos e desafios da sala de aula!

Aos estudantes que por mim passaram e deixaram marcas de saudade e lição de vida.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANC	-	Assembleia Nacional Constituinte
BDTD	-	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	-	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	-	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	-	Constituição Federal
DME	-	Diretrizes Municipais de Educação
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	-	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
ODS	-	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PME	-	Plano Municipal de Educação
PNE	-	Plano Nacional de Educação
PNUD	-	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
REPAR	-	Refinaria Presidente Getúlio Vargas
SCIELO	-	Biblioteca Eletrônica Científica <i>On-line</i>
SMED	-	Secretaria Municipal de Educação

RESUMO

ANDRADE, Sueli de Fátima Ferreira de. **Os cenários históricos, memorialísticos e patrimoniais do município de Araucária enquanto territórios de aprendizagem na perspectiva das cidades educadoras.** Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias, do Centro Universitário Internacional – UNINTER, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação e Novas Tecnologias. Curitiba, PR, 2022.

O tema desta dissertação de Mestrado é o ensino de História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na perspectiva da cidade com potencial educativo. O objetivo geral desta pesquisa é construir um produto em formato *e-book*. cremos na possibilidade de que o docente utilize o *e-book* com a certeza de que estará trazendo aos estudantes um convite para conhecer os espaços memorialísticos, patrimoniais e culturais da cidade que tem História a ser visitada. E, quando possível, levar os estudantes para aprender além dos muros da escola, aprender na cidade e com a cidade que apresenta potencial educativo. Tomamos então como referenciais teóricos na construção e embasamento da dissertação os seguintes autores: Bernardi (2012), Gadotti (2006), Santomé (1995), Urban e Luporini (2015), Alves e Brandenburg (2018), Cavazzani (2017), Santos (2016), Pinsky (2014); Wachowicz (1975 e 1977), Almeida (2019 e 2021), PNUD (2020); Carta das Cidades Educadoras (AICE, 2020); e documentos norteadores, como: Diretrizes Municipais de Educação de Araucária (2012), Planejamento Referencial Curricular de Araucária (2021), BNCC (2018), dentre outros. Nesse sentido, apresentamos uma breve discussão bibliográfica sobre o currículo e o ensino de História no Ensino Fundamental I; sobre políticas públicas e políticas educacionais; o mapeamento dos materiais de pesquisa em Araucária; os limites e as possibilidades do planejamento referencial curricular de história dialogando com a cidade educadora; imagens históricas, patrimoniais e memorialísticas de Araucária; um manual do *e-book* e nas considerações finais apontamos possibilidades de pesquisa com base no produto.

Palavras-chave: Cidade Educadora; Currículo; Ensino de História.

ABSTRACT

ANDRADE, Sueli de Fátima Ferreira de. **The historical, memorial and heritage scenarios of the municipality of Araucária as learning territories from the perspective of educating cities.** Dissertation presented to the Professional Master's Course in Education and New Technologies, from the International University Center - UNINTER, as a partial requirement for obtaining the Master's degree in Education and New Technologies. Curitiba, PR, 2022.

The theme of this Master dissertation is the teaching of History in the Initial Years of Elementary School from the perspective of the city with educational potential. The general objective of this research is to build a product in e-book format. We believe in the possibility for the teacher to use the e-book with the certainty that he will be bringing students an invitation to get to know the memorial, heritage and cultural spaces of the city that has History to be visited. And when possible, take students to learn beyond the walls of the school, to learn in the city and with the city that has educational potential. We then take as theoretical references in the construction and foundation of this dissertation the following references: Bernardi (2012), Gadotti (2006), Santomé (1995), Urban and Luporini (2015), Alves and Brandenburg (2018), Cavazzani (2017), Santos (2016), Pinsky (2014); Wachowicz (1975 and 1977), Almeida (2019 and 2021), UNDP (2020); Charter of Educating Cities (AICE, 2020); and as guiding documents: Municipal Education Guidelines of Araucária (2012), Curriculum Reference Planning of Araucária (2021), BNCC (2018), among others. In this sense, we present a brief bibliographical discussion about the curriculum and the teaching of History in Elementary School I; on public policies and educational policies; mapping of research materials in Araucária; the limits and possibilities of the curricular referential planning of history dialoguing with the educating city; historical, heritage and memorial images of Araucaria; an e-book manual and in the final considerations we point out research possibilities based on the product.

Keywords: Educating City; Resume; History teaching.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estado da Arte sobre Currículo e Ensino de História	20
Quadro 2 – Dissertações	22
Quadro 3 – Publicações da Revista Brasileira de Educação	24
Quadro 4 – A trajetória do ensino de História na escolarização do nosso país	29
Quadro 5 – Os marcos legais que embasam a BNCC	33
Quadro 6 – Fontes documentais e bibliográficas	44
Quadro 7 – Quantidade de artigos que abordam o ensino de História nos cadernos pedagógicos de Araucária – Paraná	47
Quadro 8 – Dissertações e teses – Produção dos docentes de Araucária	51
Quadro 9 – Diagnóstico situacional de indicadores ODS da cidade de Araucária	54
Quadro 10 – Espaços portadores de memórias	59
Quadro 11 – Ensino de História	59
Quadro 12 – Planejamento Referencial Curricular de História de Araucária	64
Quadro 13 – Parque Cachoeira de Araucária	71
Quadro 14 – Ícones do <i>E-book</i>	73

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Protagonismo docente	50
Figura 2 – História local	61
Figura 3 – Arquivo Histórico Archelau de Almeida Torres	67
Figura 4 – Casa do artesanato	67
Figura 5 – Pontes metálicas	69
Figura 6 – ODS-14 e ODS-6	70

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. METODOLOGIA	14
1.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL	14
1.2 O PRODUTO – <i>E-BOOK</i> – A HISTÓRIA NO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL A PARTIR DOS CENÁRIOS DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIOS DA CIDADE DE ARAUCÁRIA-PR	16
2. REVISÃO DE LITERATURA	20
2.1 ESTADO DA ARTE SOBRE CURRÍCULO E ENSINO DE HISTÓRIA	20
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: BREVE ABORDAGEM SOBRE CURRÍCULO E O ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL	26
3. MAPEAMENTO DOS MATERIAIS DE PESQUISA EM ARAUCÁRIA	38
3.1 SOBRE A CIDADE DE ARAUCÁRIA: <i>LÓCUS</i> DA PESQUISA	38
3.2 FONTES DE PESQUISA: CAMINHOS PERCORRIDOS	43
3.3 PLANEJAMENTO REFERENCIAL CURRICULAR DE HISTÓRIA DIALOGANDO COM A CIDADE EDUCADORA: LIMITES E POSSIBILIDADES	53
4. PRODUTO DA DISSERTAÇÃO: <i>E-BOOK</i> A HISTÓRIA NO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL A PARTIR DOS CENÁRIOS DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIOS DA CIDADE DE ARAUCÁRIA-PR	63
4.1 COMO MANUSEAR O <i>E-BOOK</i>	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	77
ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO DE PESQUISA	84

MEMORIAL

O município de Araucária foi eleito como cenário desta pesquisa pela memória afetiva que tenho com ele. Minha cidade Natal, onde iniciei minha trajetória profissional na área da Educação, quando em 1996 entrei como estagiária em uma escola Municipal de Araucária. Nessa época, eu cursava o Magistério.

Sempre busquei atualizações para complementar minha formação inicial de Magistério. Graduei-me em matemática em 2000, realizei minha primeira Especialização em 2002 e desde então venho construindo um olhar sobre o currículo posto a partir das necessidades pontuadas pelas minhas ações, pelo diálogo com meus colegas e pela vivência com os estudantes.

Desde 2002 faço parte do quadro docente do município de Araucária, atuando nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Já atuei como administrativo, gestora, docente e atualmente estou como Assessora Pedagógica na Secretaria Municipal de Educação, compondo a Equipe do Ensino Fundamental na tarefa de Formadora do Componente Curricular de Matemática.

Coloco-me no papel de aluna, pois estou sempre a aprender, compreendendo que a Educação está sempre em discussão e com ela as possibilidades de projetos e políticas públicas que possibilitem qualidade de vida, conforme as legislações apontam. Adentrei no curso de mestrado em busca de novas aprendizagens e de possíveis elaborações de conhecimento, partindo de hipóteses que vieram a objetivar os rumos dessa pesquisa.

Na disciplina de Cidades Educadoras, ofertada pelo curso de mestrado, novos horizontes se descortinam na minha percepção de currículo e de cidade educadora, propondo novo olhar para a minha cidade natal na perspectiva de cidade com potencial educador com as temáticas: Currículo, Formação Continuada e o Ensino de História.

É com imensa gratidão e alegria que entrego com muita dedicação essa pesquisa e o produto decorrente dela, pois mais um degrau foi galgado nessa jornada de vida!

INTRODUÇÃO

Os últimos anos foram marcados por avanços e significativas discussões¹ conceituais e legais a partir da Constituição Brasileira de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394 de 1996 e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), documentos nos quais podemos ler nas entrelinhas a necessidade de resgatar a qualidade de vida enquanto direito social.

Nessa proposição de se pensar a legislação primando pela qualidade de vida, recorreremos à organização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS²), tomando, por exemplo, o ODS 4, que visa garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem no decorrer da vida para todos.

Somos então convidados a pensar em democracia e cidadania como elementos fundamentais na construção identitária de uma cidade que apresenta potencial educativo, por meio de seus cenários/territórios constituindo coletivamente a história e a memória de seus munícipes.

Embasados da Carta das Cidades Educadoras (AICE, 2020), a qual define a cidade educadora como uma cidade que tem personalidade própria e que se relaciona com seu meio e com outros territórios nacionais e internacionais, apresentamos como objetivo geral desta pesquisa a proposta de construir um produto em formato *e-book*,

¹ Há farta produção tanto na Ciência Política quanto na História sobre as diversas dimensões da constituinte e o seu papel para a compreensão do regime político. Entre elas, destacam-se: ARAÚJO (2010); ARAÚJO (2013^a); ARAÚJO (2013b); MONCLAIRE e BARROS FILHO (1988); FIGUEIREDO e LIMONGI (1999).

² Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. São 17 objetivos para os quais as Nações Unidas estão contribuindo a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 no Brasil. (Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 10 fev. 2022).

Em 2015, ao adotarem o documento Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (A/70/L.1), da Organização das Nações Unidas, os países se comprometeram a tomar medidas ousadas e transformadoras para promover o desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos. O desenvolvimento sustentável é o avanço capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações. Esse trabalho resulta de ações coordenadas que não esgotam os recursos para o futuro. Os 17 objetivos traçados na Agenda 2030 buscam erradicar a pobreza e promover uma vida digna para a população mundial, dentro dos limites do planeta, de uma forma que integra o crescimento econômico, a justiça social e a sustentabilidade ambiental. (Territorialização e aceleração dos ODS: diagnóstico situacional de indicadores ODS. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília: PNUD, 2020).

de instrumentalização para o ensino da História do Município de Araucária, visando conscientizar e demonstrar à comunidade escolar e à população local o potencial histórico, patrimonial e memorialístico do município.

Nesse contexto, apresentamos como objetivos específicos:

- elaborar uma compilação de fontes, com base em pesquisas em documentação secundária, oficial e não oficial, para embasar a realização do produto, bem como para servir de subsídio para futuras pesquisas;
- explorar, por meio da pesquisa documental e bibliográfica, o atual estado do Ensino de História para os anos iniciais, do município de Araucária, visando detectar potencialidades e lacunas que deverão nortear a produção do *e-book*;
- organizar um levantamento de imagens com apelo histórico, patrimonial e memorialístico da cidade de Araucária, como fontes para o ensino de História no terceiro ano do Ensino Fundamental.

Tomamos como referenciais teóricos para a construção e o embasamento do desta pesquisa os seguintes autores: Bernardi (2012), Gadotti (2006), Santomé (1995), Urban e Luporini (2015), Alves e Brandenburg (2018), Cavazzani (2017), Santos (2016), Pinsky (2014); Wachowicz (1975 e 1977), Almeida (2019 e 2021), PNUD (2020); Carta das Cidades Educadoras (AICE, 2020), bem como documentos norteadores, entre eles as Diretrizes Municipais de Educação de Araucária (2012), o Planejamento Referencial Curricular de Araucária (2021), a BNCC (2018), dentre outros conforme referências.

As inquietações que deram origem a essa pesquisa partem das seguintes questões: como podemos aproveitar, de forma mais efetiva e articulada à cultura escolar e à comunidade como um todo, os cenários históricos, memorialísticos e patrimoniais do município de Araucária e como transformá-los e valorizá-los, de forma mais efetiva, no sentido de atender aos objetivos de desenvolvimento sustentável propostos pela ONU, bem como aos princípios norteadores das cidades educadoras?

Em suma, o que se pretende aqui é criar um produto digital, que contém recursos de valorização do patrimônio arquitetônico e dos espaços de memória do município de Araucária, que permita não só a preservação da história de Araucária, mas acrescentar significado a ponto de transformar cada território em evidência de materialidade para os planos de aula e para o próprio currículo das escolas municipais.

1. METODOLOGIA

1.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL

Optamos por sistematizar o estado da arte, por meio de uma revisão bibliográfica sobre o ensino de História e o currículo, pela abordagem qualitativa, com a coleta de informações para compreender e interpretar um determinado fenômeno a partir do olhar de pesquisador, com imersão direta nos contextos, entendidos aqui como o Ensino de História e a Cidade enquanto território de aprendizagem.

Nessa proposição, pautamo-nos em autores como Lüdke e André (1986), os quais apontam algumas características dessa abordagem.

1. A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como seu principal instrumento. [...] 2. Os dados coletados são predominantemente descritivos. [...] 3. A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto. [...] 4. O "significado" que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador. [...] 5. A análise dos dados tende a seguir o processo indutivo [...] (BOGDAN; BIKLEN, 1982 *apud* LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 11-13).

Na coleta dos materiais, demos relevância aos relacionados à história da cidade de Araucária e ao currículo, considerando estes frutos de ação coletiva e histórica, produzidos pelo trabalho educacional e dentro de um contexto histórico e social. Consideramos o que diz Urban e Luporini (2015, p. 19) quando afirmam que “o documento se constitui em fruto da satisfação de alguma necessidade historicamente determinada”.

A proposta foi utilizar a catalogação de fontes secundárias como método para analisar as potencialidades históricas que se apresentam no diálogo com os diferentes lugares de memória e como essas representações imagéticas e textuais, que permeiam a comunicação e são construídas coletiva, social e historicamente, revelando a história da cidade e dos sujeitos dela.

De acordo com Le Goof (1990), “A memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos”.

Nessa perspectiva, faremos uma abordagem processual, de caráter reflexivo, corroborando com os objetivos do Ensino de História apontados pela BNCC.

Os materiais utilizados são fontes bibliográficas e documentais do município de Araucária, Paraná (PME, PRC, DC, fotografias, cadernos pedagógicos, livros, material

estruturado, acervo do Arquivo Histórico da cidade de Araucária, etc.) e a Legislação Nacional (BNCC, PME, LDB).

Tomemos o conceito de documento, dado por Godoy:

[...] os materiais escritos (como, por exemplo, jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos, relatórios), as estatísticas (que produzem um registro ordenado e regular de vários aspectos da vida de determinada sociedade) e os elementos iconográficos (como, por exemplo, sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes). Tais documentos são considerados “primário” quando produzidos por pessoas que vivenciaram diretamente o evento que está sendo estudado, ou “secundários”, quando coletados por pessoas que não estavam presentes por ocasião da sua ocorrência. (GODOY, 1995, p. 21-22).

Com relação à escolha dos documentos, tomamos como referência Kripka, Sheller e Bonotto (2015, p. 245), que definem que o documento a ser escolhido pela pesquisa depende do problema da pesquisa, o que determina uma escolha intencional.

Ela se dá em função dos objetivos e/ou hipóteses sobre apoio teórico. É importante lembrar que as perguntas que o pesquisador formula ao documento são tão importantes quanto o próprio documento, conferindo-lhes sentido. (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p. 245).

Como primeiro critério de inclusão para a escolha dos documentos, utilizamos materiais de produção local de Araucária, que tratam da temática currículo, de forma direta e indireta, compreendendo que o currículo permeia o contexto escola/cidade na perspectiva de educação para a vida.

O segundo critério foi a priorização por aqueles que possibilitem a articulação entre currículo e territórios de aprendizagem da cidade, ou seja, fotos e documentos que apresentam tal possibilidade de acordo com o Referencial Curricular de História do Município, mas considerando também a legislação da BNCC e conceitos trazidos por teóricos que fundamentam a escolha de tais materiais.

Para a escolha dos elementos de análise de tais objetos, foram considerados os objetivos dessa pesquisa e após a análise de cada documento, seguiu-se a análise documental propriamente dita, considerando os elementos da problemática, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto, conceitos-chave. Seguindo com a análise preliminar e a análise propriamente dita, de acordo com Junior, Oliveira, Santos e Schnekenberg (2021, p. 44).

Pode-se dizer que são duas as etapas de realização da Análise Documental: a análise preliminar e a análise propriamente dita. A análise preliminar, de acordo com o pensamento de Cellard (2008), envolve o estudo do contexto, do autor ou os autores, da autenticidade e a confiabilidade do texto, da natureza do texto, dos conceitos-chave e da lógica interna do texto. A análise propriamente dita consiste na obtenção de informações significativas que irão possibilitar a elucidação do objeto de estudo e contribuir na solução dos problemas de estudo propostos. (JUNIOR; OLIVEIRA; SANTOS; SCHNEKENBERG, 2021, p. 44).

Para o tratamento dos dados obtidos nessa pesquisa, utilizamos recursos informáticos, como o *GoConqr*, que é uma plataforma de estudos e recursos educacionais grátis, para realização de mapas mentais, onde se pretendeu estabelecer melhor visualização do diálogo entre as diferentes fontes pesquisadas; Google apresentações para catalogar imagens enquanto cenários de aprendizagem e Google planilhas para organização de informações relevantes acerca dos documentos analisados.

Com essa análise, buscamos referenciais para a organização do produto (*e-book*), considerando que por meio da reflexão sobre os pontos positivos e negativos deles, depreendemos considerações relevantes para a sistematização de encaminhamentos que possam contribuir com o ensino da história do município de Araucária nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

1.2 O PRODUTO – *E-BOOK* – A HISTÓRIA NO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL A PARTIR DOS CENÁRIOS DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIOS DA CIDADE DE ARAUCÁRIA-PR

Considerando o objetivo geral da pesquisa, compreendemos que a educação formal, informal e não formal se concretiza nos múltiplos territórios da cidade e se materializa na história e no currículo prescrito, dando significado à aprendizagem do sujeito compreendido como ser histórico.

Assim, o produto vem somar-se às possibilidades de subsidiar o planejamento docente no que tange à história do município, sendo, portanto, um instrumento didático no espaço escolar.

O produto será disponibilizado aos docentes da Rede Municipal de Educação de Araucária enquanto recurso que poderá contribuir com os encaminhamentos metodológicos do ensino de História para o terceiro ano do Ensino Fundamental, por

tratar da história local, conforme se pode ler no Planejamento Referencial Curricular de Araucária (2021):

O ensino de história no 3º ano é marcado pela pesquisa, reconhecimento e indicação de alguns patrimônios históricos e culturais da cidade, com explicações históricas que se baseiam em informações culturais, sociais, econômicas e políticas a respeito dos mesmos. (ARAUCÁRIA, 2021, p. 11).

No ano de 2022, o Governo Estadual do Paraná, por meio da Secretaria de Educação e do Esporte, lançou o material Educa Juntos³, para o 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, voltado para Língua Portuguesa e Matemática. No mesmo ano, a Secretaria Municipal de Educação de Araucária lançou o Material Estudar⁴ para as turmas de 4º e 5º ano, também na perspectiva de focar o ensino da Língua Portuguesa e da Matemática. Percebemos, então, uma lacuna na ausência de material diferenciado para o 3º ano, abordando temáticas da história local.

Partindo dessa constatação, propomos a construção do *e-book*, mencionado anteriormente, justificando a importância desse material como recurso a ser utilizado no ensino de História.

Construir um produto para o 3º ano do Ensino Fundamental, partindo das imagens da cidade de Araucária, contempla o que postula o Planejamento Referencial Curricular de Araucária (2021):

É o ano letivo em que se pesquisa, seleciona informações e se produz conhecimentos sobre os marcos históricos da cidade de vivência do estudante: nomes de ruas, praças, monumentos, edifícios e moradias mais antigas da cidade etc. Deve-se observar que os nomes dados aos locais públicos não são aleatórios, que se têm intencionalidades, e que podemos inferir, elencar e debater sobre os seus significados. (ARAUCÁRIA, 2021, p. 11).

A escolha nesse formato *e-book* dialoga com a proposição de que as tecnologias digitais possibilitam maior acessibilidade ao maior número de sujeitos, em menor tempo, uma vez que a demanda poderá ser atendida no espaço virtual, sem

³ O Material de Apoio Didático Educa Juntos foi produzido com o intuito de subsidiar o trabalho de alfabetização no Estado do Paraná, fortalecendo as ações dos docentes nas turmas de primeiro e segundo ano do Ensino Fundamental.

⁵ O material está pautado em uma concepção de alfabetização na perspectiva do letramento, entendendo que a alfabetização se desenvolve por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, em contextos de letramento, trazendo para professores e alunos estratégias de aprendizagem, encaminhamentos de planejamento e avaliação.

necessidade do material físico. Salientamos ainda que o acesso ao produto será público e gratuito, em rede aberta. Segundo Miranda e Souza (2013),

A evolução das tecnologias da informação e da comunicação trouxe mudanças significativas nos modelos de informação e produção de conhecimento humano. As formas de viver, pensar e aprender foram significativamente afetadas pela ampla gama de recursos midiáticos acessíveis à percepção do homem. As facilidades proporcionadas pela tecnocultura trazem os desafios da valoração da informação aplicada ou conhecimento, tanto em termos financeiros quanto de legitimidade ou qualidade. Neste sentido pode-se reconhecer o *e-book*, a partir de suas características e funcionalidades, como uma mídia adequada aos padrões da Sociedade do Conhecimento. (MIRANDA; SOUZA, 2013, p. 10).

Outro fator de relevância para a escolha de um *e-book* enquanto produto da dissertação de pesquisa deve-se ao fato de que a apresentação do produto dar-se-á em momento de formação continuada, previsto para o início de 2023, acarretando a possibilidade de o produto ser amplamente divulgado para os docentes da rede municipal, atendendo à tríade: Currículo, Formação Continuada e Ensino de História.

Dessa forma, estruturou-se o *e-book* a partir da coleta de imagens de diferentes lugares (parques, igrejas, praças, monumentos, entre outras) do município de Araucária, numa perspectiva de trabalho interdisciplinar, em que os docentes e estudantes possam organizar o pensamento e não somente memorizar nomes e datas.

De acordo com Cavazzani (2017, p. 100), “um dos principais desafios do professor contemporâneo é mostrar, de forma convincente a seus alunos, que eles são agentes da história”. Assim, propõe-se desenvolver algumas estratégias que valorizem o ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental a partir de atividades que envolvem conceitos de História, a fim de levar o estudante a interpretar as informações, buscar as relações existentes entre o que foi apresentado e os conhecimentos adquiridos para compreender-se enquanto sujeito histórico no território da cidade com potencial educativo.

A estrutura do *e-book* consiste em quatro capítulos, contendo imagens, narrativas históricas e atividades interdisciplinares que buscam desenvolver a consciência histórica e a instrumentalização do ensino da história de Araucária com base em suas riquezas imagéticas, de forma interativa e digital, dando materialidade ao currículo prescrito e oportunizando reflexões sobre a cidade de Araucária na proposição dos ODS.

Na apresentação do *e-book*, há uma relação de ícones que estarão presentes

nos capítulos que o compõem, pois tais ícones são um guia para os docentes, indicando atividades de leitura, pesquisa, aprofundamento, registro, comentários, etc. Em cada capítulo há indicativos de possibilidades de integração com outros componentes curriculares de acordo com a BNCC.

Logo na abertura de cada capítulo, haverá um informativo sobre os objetos de conhecimento e os objetivos de aprendizagem que se pretendem alcançar, pautados na BNCC e no Planejamento Referencial Curricular de Araucária.

No decorrer de cada capítulo há propostas de atividades a serem realizadas pelos estudantes, de modo individual, em grupo ou duplas. São atividades de aprendizagem e reflexão que convidam a analisar as múltiplas realidades do município de Araucária, no contexto patrimonial e memorialístico.

Ao final de cada capítulo, apresentamos algumas indicações de pesquisa, por meio de livros, filmes, artigos e *sítes* que podem ampliar os estudos de docentes e estudantes, aprofundando a temática, a fim de servir de subsídio para futuras pesquisas e sempre propondo uma atividade lúdica, compreendendo que a ludicidade permeia o processo de ensino e aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Não temos a pretensão de esgotar o assunto, mas, sim, apresentar uma possibilidade de integrar a história da cidade de Araucária ao contexto de Letramento, no terceiro ano do Ensino Fundamental. Parafraseando Cavazzani (2017, p. 76), “ensinar uma história viva e ativa é um expediente novíssimo para os professores historiadores do século XXI”, o que nos remete a ideia de possibilitar, a partir desse material, a reflexão e a motivação para a sala de aula e para novas pesquisas.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 ESTADO DA ARTE SOBRE CURRÍCULO E ENSINO DE HISTÓRIA

Para dar início à pesquisa, escolhemos três bases de dados, sendo elas: Portal de Periódicos da Capes, SCIELO e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). O filtro de pesquisas utilizado na consulta na base de dados foi a combinação das palavras-chave: Currículo e Ensino de História, considerando o período de 2016 a 2021. Na consulta à página da Capes, apareceram 464 trabalhos, no entanto, selecionamos dois resultados, em razão dos muitos outros que traziam estudos sobre Ensino Médio, Formação Inicial Docente, entre outras características que se distanciaram do propósito da pesquisa.

Quadro 1 – Estado da Arte sobre Currículo e Ensino de História

	TÍTULO	AUTOR(ES)	ANO DE PUBLICAÇÃO	PALAVRAS-CHAVE
01	A história encastelada e o ensino encurralado: reflexões sobre a formação docente dos professores de História.	Erinaldo Vicente Cavalcanti	2018	Ciência Histórica; Ensino de História; Formação Docente.
02	Projetar sobre projetos: currículo e ensino de História.	Antonio Simplicio de Almeida Neto	2020	Ensino de História; Currículo; Cultura escolar; Projetos.

Fonte: a autora (2022).

Cavalcanti (2018) propõe uma reflexão sobre algumas características da História como ciência e sua relação com o ensino. Tais reflexões levam à análise das Matrizes Curriculares dos Cursos de Licenciatura em História nas universidades federais do Nordeste do Brasil, na perspectiva de problematizar a História como ciência, como lugar de saber/poder e como espaço de formação de professores. De forma mais objetiva, dialoga sobre questões relacionadas ao ensino de História e do livro didático, sendo este apresentado como principal instrumento de trabalho dos docentes da educação básica.

Na proposta apresentada por Neto (2020), a discussão se dá nas “possibilidades de projetos curriculares para o ensino de História na educação básica”, sendo então as referências para tal os documentos produzidos por graduandos de Licenciatura em História ao pesquisar elementos da cultura escolar, a saber, os diferentes sujeitos escolares, os discursos, as práticas e os rituais, a cultura material e a arquitetura escolar.

Nos textos acima, percebemos algumas ideias que vêm ao encontro daquilo que priorizamos ao propor o *e-book*, pensando no Ensino de História que o Planejamento Referencial Curricular dimensiona, sem deixar de lado a necessidade de olhar para a Cidade enquanto território de aprendizagem por meio de espaços formais, informais e não formais que se integram à paisagem e ao ensino para a vida. Vamos abordar, então, algumas dessas ideias.

De acordo com Cavalcanti (2018):

[...] se reconhecermos que a História como Ciência precisa ressignificar-se e repensar suas relações com a sociedade e com os anseios da vida cotidiana de homens e mulheres que vivem fora do castelo, um dos caminhos possíveis talvez seja colocar seu ensino – e, portanto, a formação docente – como lugar central de problematização, como objeto de relevante preocupação na investigação historiográfica. O ensino ainda continua sendo o caminho legal, formal e institucional por meio do qual a História como disciplina escolar chega a todos os municípios do Brasil onde tenha uma escola com educação básica. E, como já mencionado, se há a constatação de que a História precisa mudar, é pelo currículo que se deve iniciar, refazendo e ressignificando as Matrizes Curriculares. [...]. (CAVALCANTI, 2018, p. 263-264).

Portanto, se o ensino de História nas séries iniciais do Ensino Fundamental também deve primar pelo repensar e ressignificar de suas relações com a sociedade, podemos iniciar esse processo por meio de material que venha a contribuir para a formação do pensamento histórico, conforme propomos no *e-book* que apresentamos como produto dessa pesquisa, depreendendo que todos pensamos historicamente e nos relacionamos com a História.

Outra ideia que corrobora com a importância de um material tal como propomos é a de Almeida (2020) quando afirma que “a respeito das características culturais identificadas, pretendemos colocá-las em uma perspectiva histórica”.

O ponto-chave aqui para nós é a intencionalidade histórica/pedagógica como meio para estimular reflexões acerca das diferentes culturas identificadas na cidade que adentram o currículo escolar e permeiam o cotidiano dos estudantes e munícipes,

conforme propomos ao elaborar situações de reflexão e leitura acerca das diferentes imagens utilizadas como fontes históricas em nosso *e-book*.

Nesse contexto, compreendemos que dentro da perspectiva do ensino de História, as imagens são fontes, do mesmo modo que os monumentos e o patrimônio.

Ainda nessa linha de raciocínio, encontramos outra ideia que vem ao encontro dos objetivos dessa pesquisa e embora o *e-book* não seja exatamente um projeto de ensino, ele volta-se para o ensino da História enquanto ciência viva e dinâmica:

Os projetos trazem não só possibilidades de seleção de conteúdos que sejam significativos para os alunos, por dialogarem com a cultura escolar, como apontam para uma diversidade de abordagens, o que se coaduna com a formação do historiador, que está longe de ser a da reprodução alienada dos conhecimentos produzidos por outrem. Também sugerem uma multiplicidade de abordagens que transitam em diferentes temporalidades históricas e espaços, não necessariamente lineares. Finalmente, não dispensam a utilização de diferentes materiais didáticos (fotografia, pinturas, charges, filmes, documentos históricos, HQs, músicas, literatura), além dos livros didáticos, e a reflexão sobre a arquitetura escolar, sob a compreensão teórica de que pensar o currículo envolve não só o debate sobre as disciplinas escolares, conteúdos, suas implicações sociais e políticas, mas também os aspectos metodológicos, as atividades da prática, a organização do espaço físico, os projetos pedagógicos em sua dinâmica. (MOREIRA, 1998, p. 76).

Ao consultar a página da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), selecionamos duas dissertações, de acordo com o filtro utilizado na busca. Destacamos ambas por sua relevância e consonância com a temática desta pesquisa.

Quadro 2 – Dissertações

	Título	Autor(es)	Ano de Publicação	Palavras-chave
1	⁵ “O ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental: entre práticas e problemáticas”.	Sidney Miotti Neto	2020	Ensino de História; Anos iniciais; Séries iniciais.
2	⁶ “As mídias sociais como ferramenta de divulgação da história da educação de São José dos Pinhais: o uso do <i>blog</i> e Facebook”.	Antonio Francisco Bobrowec	2017	Mídias sociais e educação. História da educação de São José dos Pinhais. Facebook e educação. <i>Blog</i> e educação.

⁵ “O ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental: entre práticas e problemáticas” enquadra-se no campo metodológico definido como Estado da Arte, sendo coletadas para a análise dissertações em base de dados digital, exclusivamente a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

⁶ Apresenta como objetivo principal a divulgação da história da educação de São José dos Pinhais por meio das mídias sociais, tratando sobre a história da educação são-joseense, apresentada numa contextualização sociopolítica e econômica, por meio de pesquisa documental. Desenvolveu uma

Fonte: a autora (2022).

Na dissertação de Neto (2020), “verificou-se o número reduzido de publicações que investigam as práticas e os conhecimentos do pedagogo que ensina História”. Com base nessa informação, foram definidas algumas temáticas consideradas relevantes para a análise, por conta de sua recorrência nas pesquisas: gênero; formação (inicial e continuada) e experiência; tradições cívicas; valorização educacional e social. Tais elementos foram analisados conjuntamente e colocados em perspectiva, tendo como resultado a compreensão de que ocorre a sobreposição de elementos típicos da formação social brasileira – como a divisão sexual desigual do trabalho e a manutenção de temáticas que reforçam temáticas relacionadas à nação e ao Estado – e as necessidades do capitalismo contemporâneo – como a formação de uma mão de obra adequada à flexibilidade toyotista.

A dissertação de Bobrowec (2017) chamou nossa atenção pelo fato de relacionar tecnologias digitais como ferramenta de divulgação da história da educação de São José dos Pinhais, relacionando-se de forma indireta com a ideia do produto que intencionamos apresentar, pois veicula tecnologia enquanto meio para divulgação da história da cidade de Araucária, município vizinho de São José dos Pinhais.

Dentre as ideias apresentadas, podemos citar uma que corrobora com nossa intenção de pesquisa, pois ela enaltece as vantagens dos avanços tecnológicos de informação e comunicação e também busca lembrar a importância de se ter uma visão global e crítica sobre a educação no país e na sua intersecção com as TICs.

Nessa perspectiva, adentramos na proposição de que as tecnologias digitais no espaço escolar podem apresentar intencionalidade pedagógica e auxiliar na construção de ideias e reflexões que culminam na aprendizagem significativa. Nesse contexto, um produto tecnológico como o que propomos em nossa pesquisa pode se transformar em instrumento pedagógico para o ensino de História.

Na página da SCIELO, encontramos 28 resultados, por meio da combinação de palavras: Currículo e/ou “Ensino de História”. Considerando o objetivo proposto na presente pesquisa, selecionamos cinco publicações da Revista Brasileira de Educação, por abordarem elementos convergentes em uma ou mais áreas pontuadas, tratando de Ensino de História e Currículo, conforme mostra no Quadro 3 a seguir:

análise das mídias sociais na história e o seu uso na sociedade e na educação, com foco na proposta de criação de espaços virtuais para a divulgação da história da educação de São José dos Pinhais por meio de uma *fanpage* no Facebook e em um *blog*.

Quadro 3 – Publicações da Revista Brasileira de Educação

	Título	Autor(es)	Ano de Publicação	Palavras-chave
1	⁷ “Sobre a história do currículo: temas, conceitos e referências das pesquisas brasileiras”.	Meira, Letícia Mara de	2020	História do currículo; história da educação; estudos do currículo; análise bibliométrica; metapesquisa.
2	⁸ “Ensinar história [entre]laçando futuros”.	Pereira, Nilton Mullet ; Gil, Carmem Zeli de Vargas; Seffner, Fernando; Pacievitch, Caroline.	2020	Ensino de história; planejamento de aulas de história; tempo presente.
3	⁹ “A produção científica dos coordenadores do Grupo de Trabalho Currículo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd): opções teórico-metodológicas”.	Matos, Cleide Carvalho	2019	Currículo; produção científica; autoridade científica.
4	“Das teorias críticas às críticas das teorias: um estudo indiciário sobre a conformação dos debates no campo curricular no Brasil”.	Oliveira, Inês Barbosa de; Sússekind, Maria Luiza	2017	Teorias de currículo; teoria crítica; campo do currículo.
5	¹⁰ “A crise dos lugares de memória e dos espaços identitários no contexto da modernidade: questões para o ensino de História”.	Gevehr, Daniel Luciano	2016	Modernidade; ensino de história; lugares de memória.

Fonte: a autora (2022).

⁷ O objetivo desse artigo foi analisar, por meio da incidência de temas, conceitos e referências, a produção historiográfica sobre currículo no Brasil.

⁸ Parte da premissa de que as questões urgentes do presente são condutoras da aprendizagem em História. Tal estratégia, decorrente da produção de planejamentos e de diários dos licenciandos, sustenta-se no tempo futuro como abertura ética da aula de História em sua relação com o mundo.

⁹ Esse artigo analisa as perspectivas teórico-metodológicas da produção científica dos coordenadores do Grupo de Trabalho (GT) 12 (Currículo) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) (2000 a 2010) e os impactos dessa produção nos artigos científicos publicados no referido GT.

¹⁰ A pesquisa insere-se no campo das discussões sobre os impactos sociais da *modernidade líquida* (BAUMAN, 2003).

De acordo com a análise de Meira (2020) sobre os objetos de estudo das teses e dissertações, a produção acadêmica pode ser distribuída em quatro eixos temáticos que dizem respeito tanto ao contexto escolar como ao contexto acadêmico: cursos, disciplinas, políticas e teorias-práticas. Mapeando as referências bibliográficas e palavras-chave, nos artigos que a autora analisou, ela constata que a base epistemológica dessa produção acadêmica se relaciona às duas principais áreas de pesquisa: História da Educação e Estudos do Currículo.

Para Pereira, Gil e Seffner (2020), foi fundamental o pensamento de Pagès como possibilidade para o planejamento de aulas de História pautadas nas urgências do presente e de um passado que não passa, ideia esta que corrobora com nossa intenção de pesquisa com espaços portadores de memória (patrimoniais, memorialísticos e históricos), tomados dentro dessa perspectiva e que “por isso mesmo, insiste e subsiste na forma de um acontecimento que distribui seus efeitos em um tempo não cronológico e não estabilizado” (PEREIRA; GIL; SEFFNER, 2020).

A análise de Matos (2019) conclui que os coordenadores do GT são referências para o *campo*, influenciando o desenvolvimento de novas pesquisas, que oxigenam a produção do conhecimento.

Nas considerações de Oliveira e Sussekind (2017), pontua-se que “o desenvolvimento do campo de estudos em Currículo no Brasil é marcado pela influência das teorias críticas” e ainda que “quando deixam de ser majoritárias, permanece grande e talvez mesmo hegemônica, fazendo com que autores de outras tendências e matizes dialoguem com ela compulsoriamente, mesmo que de modo subliminar”.

Na pesquisa de Gevehr (2016), o autor “procura desvendar como as transformações ocorridas na sociedade atual produziram novas formas de (re)pensar o passado”. Pode-se dizer que há um pensamento histórico como produto de saberes e fazeres quando olhamos o passado no contexto dinâmico, vivo que é a forma como a sociedade se transforma.

Sobre os artigos destacados, as palavras-chaves demonstram que os temas de nossa pesquisa conversam com tais artigos, trazendo reflexões e contribuições para nossa fundamentação bibliográfica, de modo que se possa perceber no currículo e nas políticas públicas conexão com o ensino de História e suas especificidades.

Como se pode observar, o estado da arte sobre ensino de História e currículo se articula com nossa intencionalidade de pesquisa. Então, aprofundando o aporte bibliográfico, seguimos com algumas proposições no intuito de mediar o corpo textual desta pesquisa, integrando os capítulos de forma sucinta, porém, não menos relevante, uma vez que ensejamos descrever nosso percurso de pesquisa como construção de uma possível organização documental, enquanto fonte histórica que poderá contribuir para novas pesquisas científicas.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: BREVE ABORDAGEM SOBRE CURRÍCULO E O ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL

Pensar as políticas educacionais e políticas públicas nos remete ao pensamento de Freire (2000, p. 21) quando afirma que “lidar com a cidade, com a pólis, não é uma questão apenas técnica, mas sobretudo política”. Nesse sentido, um dos principais desafios consiste no desenvolvimento de uma consciência política, que se inicia com a busca de compreender o que regem as legislações, como se organizam e a funcionalidade delas.

Façamos então uma breve contextualização acerca de políticas públicas e políticas educacionais que tratam de currículo e ensino de História, na proposição de cidade educadora, tendo como referencial a Carta das Cidades Educadoras (2021).

Segundo Queiroz (2012, p. 97), “as políticas públicas são, no estado de direito, os meios que a administração pública dispõe para a defesa e a concretização dos direitos de liberdade e dos direitos sociais dos cidadãos, estabelecidos na Constituição Nacional”, definição esta que corrobora com a “convicção de que o desenvolvimento dos habitantes de uma cidade educadora não podem ser deixados ao acaso” (AICE, 2021).

O mesmo autor ainda diz que

[...] a pactuação das políticas com a sociedade nos ambientes democráticos atuais é uma condição importante para o seu sucesso, e é fundamental que os partidos políticos e o próprio Poder Legislativo, que são os canais naturais entre povo e governantes, estejam envolvidos também na coordenação de desenho de políticas públicas. (QUEIROZ, 2012, p. 107).

Assim, a participação formal e informal dos segmentos sociais corrobora para a funcionalidade e legitimidade da política pública, que deve ser decorrente de uma

demanda da sociedade, passando de um problema a objeto de atenção, sendo inserida na agenda governamental como prioridade, uma vez que representa determinada importância social.

Sobre a classificação de uma política educacional, Santos (2012) afirma que:

[...] uma das formas de classificar uma política educacional consiste em enquadrá-la em uma política de Estado ou em uma política de governo. Essa distinção tem em vista considerar a maneira como uma política educacional é conduzida e implantada na esfera pública. Assim, enquanto uma política de governo refere-se a um plano, um programa ou uma ação desenvolvida para vigorar durante o período de um mandato governamental, uma política de Estado alude a um plano, uma ação ou um programa educacional com objetivos de longo prazo estabelecido de modo a durar por um período de tempo que vai para além do exercício político de determinado partido (ou do representante deste) à frente de uma entidade do Estado (em nível municipal, estadual ou federal). (SANTOS, 2012, p. 8).

Cabe destacar, segundo Santos (2012, p. 9), que “no Brasil, as políticas de governo são muito mais comuns”. É possível afirmar com alguma segurança que a instabilidade política do país (característica de democracias ainda não consolidadas) condiciona essa característica do campo educacional no Brasil, à medida que a educação para muitos dos componentes do campo político é muito mais um instrumento de propaganda política do que a expressão de um legítimo interesse dos governos em cumprir seus deveres constitucionais no que diz respeito a essa matéria (SANTOS, 2012, p. 9).

Esse fator nos leva a considerar relevante o estudo e a pesquisa sobre o currículo e o ensino de História enquanto elementos de política pública, com caráter de permanência e continuidade, mas que estão em constante reorganização e atualização.

Tomemos então como referencial os estudos de Bernardi (2012, p. 290-296), que aponta a educação como uma das funções de cidadania, ou, em outras palavras,

[...] como a materialização dos direitos sociais elencados na Constituição, que no *caput* do art. 6º, aponta como direitos sociais a educação, o trabalho, a saúde, a moradia, o lazer [...]. Além disso, no texto constitucional há capítulos especiais sobre a educação (art. 205 a 214), e embora o Poder Público Municipal não tenha competência exclusiva sobre as referidas áreas de atuação, esses direitos sociais são funções da cidade por meio de sua organização política municipal (BERNARDI, 2012, p. 290-296).

Segundo Pinhal (2017, p. 45),

As Políticas Públicas em Educação, na teoria, existem para garantir condições na educação que sejam iguais para todos, porém, na prática, sabemos que o funcionamento é diferente, uma vez que pode haver interesses obscuros em determinadas Políticas Públicas visando exercer esse controle sob o limite daquilo que se deve oferecer à população.

Sob esse viés, é importante tecer reflexões sobre o papel normativo das políticas educacionais, conforme afirma Geronasso (2012) quando pontua que:

[...] em relação às políticas curriculares educacionais, é necessário compreender que após a LDBEN n.º 9.394/1996 ocorreram mudanças e surgiram normatizações e legislações, pautadas em políticas neoliberais, com base na pedagogia por competências e não por uma vertente da qual a rede de ensino de Araucária preza, que é a Pedagogia Histórico Crítica. (GERONASSO, 2012, p. 73).

Nessa perspectiva, adentramos na questão da educação para quê, por que e onde, o que nos leva a dialogar com a ideia de cidade com potencial educador, cenário de aprendizagem e território coletivo, rico em memória e história, agente educativo e de formação humana.

Hoje, mais do que nunca, as cidades ou as vilas, grandes ou pequenas, dispõem de inúmeras possibilidades educadoras, mas sobre os municípios também podem incidir forças e inércias deseducadoras. De uma forma ou de outra, a cidade apresenta elementos importantes para uma educação integral: é um sistema complexo e, ao mesmo tempo, um agente educativo permanente, plural e poliédrico, capaz de potencializar os fatores educativos e de transformação social. (AICE, 2021, p. 4).

Ao nos depararmos com a cidade enquanto território educativo e o currículo como elemento que permeia a reflexão com infinitas possibilidades distintas de se compreender e aprender, tomamos aqui a expressão do espanhol Jaume Trilla Bernet (1990, 1997, 2005), que afirma que “aprender na cidade, aprender da cidade e aprender a cidade”, ou seja, em suas distintas dimensões, a cidade como entorno, a cidade como agente e a cidade como conteúdo educativo.

Nessa proposição, somos convidados também a repensar as apresentações pontuais da BNCC enquanto caráter normativo.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de **aprendizagens essenciais** que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)¹, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. (BRASIL, 2018).

Façamos aqui um parêntese, para pensarmos no conceito de aprendizagens essenciais diante do contexto de cidade educativa, onde

A educação em valores e direitos humanos é mais urgente do que nunca, para dar sentido, incentivar, traçar um rumo, formando a consciência crítica da coletividade e dos sujeitos históricos, assim faz-se necessário uma breve retrospectiva sobre o currículo e o ensino de História na Educação Básica desde a sua implementação, consolidação e fortalecimento dessa disciplina nos currículos escolares, compreendendo que as mudanças curriculares decorrem democrático. (AICE, 2021, p. 7).

Tal pensamento converge então para uma perspectiva de direito à Cidade Educadora como extensão do direito à educação.

O caráter normativo das políticas públicas que tratam de currículo nos revela sua dimensão histórica e compreender esse contexto é fundamental para que possamos nos valer não apenas de fundamentos conceituais históricos, mas também das transformações pelas quais a sociedade tem passado.

[...]. Diversidade cultural, problemas de identidade social e questões sobre as formas de apreensão e domínio das informações impostas pelos jovens formados pela mídia, como novas perspectivas e formas de comunicação, têm provocado mudanças no ato de conhecer e aprender o social. (BITTENCOURT, 1992, p. 135).

As transformações se refletem nos marcos legais e vice-versa, mesmo que em alguns momentos se perceba contradição entre eles, pois, a partir de uma transformação, decorre o marco legal que altera o curso da história até a próxima legislação, e assim sucessivamente.

Sob o componente curricular de História, temos a possibilidade de partir do local, trazendo a prática social, o saber do estudante e sua leitura de mundo para posteriormente ampliar para o global, fator este que está presente no Planejamento Referencial de Araucária, conforme abordaremos mais adiante.

Mas pensando no âmbito nacional, nem sempre foi assim, por isso mapeamos no Quadro 4 a seguir algumas informações relevantes para compreender a trajetória desse componente curricular na história da escolarização do nosso país.

Quadro 4 – A trajetória do ensino de História na escolarização do nosso país

TEMPO	FATO	SÍNTESE
Século XVI No Período Colonial e até mesmo durante o Império	Educação Jesuítica	Ensino da História Sagrada nos padrões da cultura europeia, a fim de catequizar povos indígenas e africanos, além de instruir a população local.
1838	Obrigatoriedade do Ensino de História no	O ensino de História como disciplina obrigatória no Brasil surgiu em 1838, no Colégio Pedro II, por

	Brasil	meio do ensino secundário, e esteve presente no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) fundado no mesmo ano na cidade do Rio de Janeiro.
1889	Definição de Estado Laico	Os temas bíblicos foram retirados gradativamente do ensino de História e das propostas curriculares das instituições não confessionais.
1930	Formação nacionalista e patriótica.	Consolidação das tradições e festas cívicas, com a presença do culto às figuras políticas, os festejos nacionais em função dos feitos “heroicos”. Em função disso, a metodologia de ensino usada nas aulas de História concentrou-se nas práticas de memorização de nomes, fatos e datas.
1970	Estudos Sociais	Nos anos de 1970, surgem as primeiras propostas de Estudos Sociais em substituição ao ensino de História, Geografia e Educação Moral e Cívica para as escolas primárias.
1980/1990	Retorno da disciplina de História	Retorno da prática investigativa, bem como na elaboração de novas propostas curriculares, metodologias e materiais didáticos com novas perspectivas (PARANÁ, 2010).
1996	A Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 9.394/1996	Estabeleceu enquanto responsabilidade dos governos federal, estaduais e municipais, a elaboração de novas diretrizes e definição de conteúdos com base na cientificidade e nas questões do mundo contemporâneo, de modo que, dentre os temas propostos numa perspectiva de inclusão social estão as diversidades, problemáticas sociais e contextos locais, além dos conteúdos presentes na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017).
2001	Lei n.º 13.381/2001	Sobre o ensino da História do Paraná.
2003	Lei 10.639/2003	Estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira.
2004	Homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.	Foram homologadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.
2008	Lei n.º 11.645/2008	Estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e cultura dos povos indígenas do Brasil.

Fonte: a autora, com base no referencial Curricular do Paraná em Foco (2008).

O que se pode inferir a partir das informações acima é que currículo ¹¹prescrito e o ensino de História de forma normativa e sistematizada permeiam o currículo oculto e nessa perspectiva as normatizações e regulamentações nos levam a refletir sobre o papel da escola.

Outra questão de grande relevância é refletir sobre as transformações no currículo como frutos de processos históricos mais amplos, por exemplo, o esvaziamento do campo específico da história no currículo escolar por meio da criação de “estudos sociais” é fruto da ditadura que vivíamos naquela época.

O papel de representatividade da escola nessa reflexão é fundamental, estimulando o pensamento histórico-crítico. Encontramos no discurso de Santomé (1995) algumas reflexões acerca da representatividade da escola no que tange à sociedade e às suas perspectivas educacionais.

No fundo, não estamos muito longe de uma representação da instituição escolar como uma fábrica, onde o corpo estudantil se vê incitado a pensar da mesma forma, a produzir os mesmos resultados e em idêntico espaço temporal, a aceitar as mesmas recompensas e sanções, a ser julgado por autoridades externas e com parâmetros que muitas vezes não compreende [...] é assegurando logo desde a infância a reprodução de determinada consciência que as empresas preparam a próxima geração de trabalhadores e trabalhadoras. [...] É através da interação social registrada diariamente nas salas de aula que se vão construindo os significados dos objetos e das situações, que vão formando as subjetividades e se vão criando as habilidades, conhecimentos e destrezas que cada sociedade privilegia e valoriza. (SANTOMÉ, 1995, p. 83).

Sob essa ótica de interação social, tomemos a importância e a presença do currículo oculto, definido dentro da análise crítica do currículo como “[...] todos os aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes” (SILVA, 2003, p. 78).

E, por conseguinte, os territórios de aprendizagem que margeiam as diferentes interações sociais, tornando-se elementos dessa e nessa interação, impregnados de memórias e subjetividades vão se transformando de acordo com a natureza das relações humanas por meio da educação formal, informal e não formal.

¹¹ Para Sacristán (2000, p. 104), Currículo prescrito: são os documentos oficiais que orientam a educação nacional e as propostas curriculares das Secretarias de Estado da Educação, como: Diretrizes Curriculares Nacionais – Diretrizes Curriculares Estaduais – Base Nacional Comum Curricular – Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações – Pareceres e Deliberações do Conselho Nacional, do Conselho Estadual de Educação e Instruções de Secretarias.

Assim, um espaço de memória pode se tornar invisibilizado pelos adultos e se constituir ao mesmo tempo como cenário de aprendizagem ao estudante que está inserido no contexto da cidade e por mediação docente se torna um pesquisador, experienciando e fruindo a partir do olhar para o meio e para o modo no qual ele se constitui historicamente, desenvolvendo consciência e logicidade ao pensamento. Nas palavras de Silva (2003)

A ideia é que uma análise baseada nesse conceito permite nos tornarmos conscientes de alguma coisa que até então estava oculta para nossa consciência. A coisa toda consiste, claro, em desocultar o currículo oculto. Parte de sua eficácia reside precisamente nessa sua natureza oculta. O que está implícito na noção de currículo oculto é a ideia de que se conseguirmos desocultá-lo, ele se tornará menos eficaz, ele deixará de ter os efeitos que tem pela única razão de ser oculto. Supostamente é essa consciência que vai permitir alguma possibilidade de mudança. Tornar-se consciente do currículo oculto significa, de alguma forma, desarmá-lo. (SILVA, 2003, p. 80).

Evidencia-se que, em se tratando de currículo, sempre haverá entrelaçado a ele a subjetividade que caracteriza a identidade de cada sujeito. De acordo com Silva (2003):

Se quisermos recorrer à etimologia da palavra “currículo”, que vem do latim *curriculum*, “pista de corrida”, podemos dizer que no curso dessa “corrida” que é o currículo acabamos por nos tornar o que somos. Nas discussões cotidianas, quando pensamos em currículo pensamos apenas em conhecimento, esquecendo-nos de que o conhecimento que constitui o currículo está inextricavelmente, centralmente, vitalmente, envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos: na nossa identidade, na nossa subjetividade. Talvez possamos dizer que, além de uma questão de conhecimento, o currículo é também uma questão de identidade. (SILVA, 2003, p. 16).

Essa questão de identidade se reflete também no ensino de História enquanto componente curricular que tem na sua trajetória uma construção de identidade, pautado na pedagogia, na psicologia da educação e didática, objetivando a formação da consciência histórica dos estudantes desde os anos iniciais do Ensino Fundamental, sendo, portanto, necessário valorizar os diferentes saberes, a fim de promover intervenções por meio da prática investigativa, que contribuam na compreensão da realidade social nos diferentes espaços (local, regional, global).

A seguir, apresentamos de forma breve os marcos legais que embasam a BNCC, que hoje normatizam e definem o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens.

Quadro 5 – Os marcos legais que embasam a BNCC

Documento	Data	Resumo
LDB nº 4.024/61	1961	Nela há uma descentralização, na qual à União cabia a função de coordenar a ação educativa em âmbito nacional e aos estados ficou-lhes reservada a incumbência de organizar seus próprios sistemas inclusive todos os níveis e modalidades de ensino.
Lei nº 5540/68	1968	Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. (https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html)
Lei nº 5692	1971	Fixava as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e no seu Cap. 1, Art. 1º assinala que o ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.
Lei nº 7044	1982	Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes à profissionalização do ensino de 2º grau. (https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html).
A Constituição Federal de 1988	1988	O artigo 205 reconhece a educação como dever entre Estado, Família e Sociedade. O artigo 210 aponta a necessidade de conteúdos mínimos de modo a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais, artísticos, nacionais e regionais.
PCNs	1988	“São consolidados, em dez (10) volumes, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano” com a intenção de ampliar e aprofundar um debate educacional que envolva escolas, pais, governos e sociedade.
LDB	1996	Orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a serem ensinados.
Diretrizes curriculares traçadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE)	Ao longo da década de 1990, bem como de sua revisão nos anos	Essa orientação induziu à concepção do conhecimento curricular contextualizado pela realidade local, social e individual da escola e do seu alunado.

	2000.	
Lei 10.639	2003	Estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira.
O CNE promulgou novas DCN	2010	Ampliou e organizou o conceito de contextualização como “a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade, conforme destaca o Parecer CNE/CEB nº 7/2010.
Em 2014, a Lei nº 13.005/2014 promulgou o Plano Nacional de Educação (PNE)	2014	Reitera a necessidade de estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitadas as diversidades regional, estadual e local (BRASIL, 2014).
Alteração da LDB por força da Lei nº 13.415/2017	2017	Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento [...].
BNCC	2018	A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Fonte: a autora, com base na BNCC (2018).

No percurso apresentado no quadro acima, percebemos a proposta de cidadania e educação num contexto que envolve não apenas a escola, mas pais, governos, sociedade, fator pontuado também na carta das cidades educadoras (AICE, 2021) ao afirmar que “A educação transcende as paredes da escola para impregnar toda a cidade”. Educação aqui entendida como compromisso de todos e por todos.

Validando essa ideia, a LDBEN, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, pontua a referência ao ensino de História, valorizando diferentes culturas e etnias.

na Seção I – Disposições Gerais Art. 26 – Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. § 4º - O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e europeia. (BRASIL, 1996).

A valorização de diferentes culturas e etnias é um convite ao resgate de nossas origens, refletindo sobre a importância de levarmos esse diálogo para os estudantes de modo que a diversidade seja produto de respeito e desenvolvimento de uma cultura de paz.

A BNCC (BRASIL, 2018, p. 402) apresenta competências específicas de História para o Ensino Fundamental:

1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.
2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.
3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.
4. Identificar interpretações que expressam visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.
5. Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.
6. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.
7. Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais.

Ainda em conformidade com a BNCC (2018):

Pode-se dizer que, do 1º ao 5º ano, as habilidades trabalham com diferentes graus de complexidade, mas o objetivo primordial é o reconhecimento do “Eu”, do “Outro” e do “Nós”. Há uma ampliação de escala e de percepção, mas o que se busca, de início, é o conhecimento de si, das referências imediatas do círculo pessoal, da noção de comunidade e da vida em sociedade. Em seguida, por meio da relação diferenciada entre sujeitos e objetos, é possível separar o “Eu” do “Outro”. Esse é o ponto de partida. No 3º e no 4º ano contemplam-se a noção de lugar em que se vive e as dinâmicas

em torno da cidade, com ênfase nas diferenciações entre a vida privada e a vida pública, a urbana e a rural. Nesse momento, também são analisados processos mais longínquos na escala temporal, como a circulação dos primeiros grupos humanos. Essa análise se amplia no 5º ano, cuja ênfase está em pensar a diversidade dos povos e culturas e suas formas de organização. A noção de cidadania, com direitos e deveres, e o reconhecimento da diversidade das sociedades pressupõem uma educação que estimule o convívio e o respeito entre os povos. (BRASIL, 2018, p. 406).

Diante das questões sobre diversidade cultural, dinâmicas em torno da cidade, da vida pública, das noções de cidadania, dentre outros elementos pontuados no currículo do ensino de História, temos o compromisso de olhar para os sujeitos que compõem a cidade e nas potencialidades dos territórios que apresentam possibilidade de divulgação da história da cidade, no contexto da cidade como espaço que pode educar, desde que se perceba em sua organização a intencionalidade educativa enquanto compromisso perante seus munícipes. Sobre o compromisso da cidade, a AICE (2021) apresenta que:

A Cidade Educadora reconhece que as decisões políticas baseadas no conhecimento da realidade proporcionam respostas mais adequadas, razão pela qual os governos locais devem dispor de informações precisas sobre a situação e as condições de vida dos seus habitantes e do território e devem realizar ou apoiar estudos atualizados e acessíveis para os cidadãos. Na formulação de projetos e políticas, deverá ter-se em conta, de maneira formal e explícita, o seu impacto educador, devendo assegurar-se, igualmente, a existência de canais permanentes de comunicação com indivíduos e grupos. (AICE, 2021, p. 12).

Então, é a partir da tríade – currículo, formação continuada e ensino de história – que se desenha a hipótese de uma cidade com potencial educativo, que pode permear o processo de ensino pedagógico por meio de propostas pedagógicas que tratem com respeito e singularidade as inúmeras formas de aprender e ensinar.

Desse modo, o trabalho com o ensino de História, por meio de fontes históricas, “é um aspecto fundamental na metodologia do ensino dessa disciplina” (URBAN; LUPORINI, 2015) e pode ser compreendido na perspectiva de olhar para a cidade e sua história enquanto cenário/território educativo.

Todos estamos no caminho, fazendo parte da história que hoje se escreve e da história que se lê nas memórias, nos patrimônios históricos e culturais, de modo a permitir que todos sejam respeitados diante das mais diversas situações problematizadoras que envolvem tempos, espaços e conhecimentos históricos e é nessa proposição que pensamos na organização do *e-book*, intitulado aqui como: A

HISTÓRIA NO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL A PARTIR DOS CENÁRIOS DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIOS DA CIDADE DE ARAUCÁRIA-PR.

Sob essa perspectiva, é fundamental repensar a educação para além das políticas públicas, sobretudo na perspectiva de uma cidade educadora, de modo que se possa refletir sobre as ações formativas e o papel delas na proposta de educação de qualidade, proposta que pode ser fundamento de formação continuada de professores, na qual a autonomia e a gestão democrática contribuem para inscrever limites e possibilidades de ações pautadas na ética e respeito à diversidade.

Corroborando com a ideia de levar então para a formação continuada um material que retrate a história local, o *e-book* que resultará dessa pesquisa apresenta a proposta de organizar um levantamento de imagens com apelo histórico, patrimonial e memorialístico da cidade de Araucária enquanto fontes históricas para o produto, que poderá servir de subsídio para futuras pesquisas.

3. MAPEAMENTO DOS MATERIAIS DE PESQUISA EM ARAUCÁRIA

3.1 SOBRE A CIDADE DE ARAUCÁRIA: LÓCUS DA PESQUISA

Com base nas pesquisas sobre o município, e em diferentes fontes, tais como o Portal do Cidadão do Município de Araucária, Coleção História de Araucária, Museu Tingui-Cuera, IBGE, Provopar e outros, delineamos a seguir um recorte sobre alguns aspectos que terá grande valia na construção do produto (*e-book*).

Araucária é um município do estado do Paraná integrado à Região Metropolitana de Curitiba, no primeiro Planalto Paranaense, e situa-se a 857 metros do nível do mar. Sua população, conforme estimativas do IBGE de 2021, era de 148.522 habitantes. A população atual é formada por descendentes dos primeiros habitantes da região (luso-brasileiros, índios e negros) por descendentes de imigrantes poloneses, italianos, ucranianos, sírios, alemães, japoneses e por migrantes vindos de outras regiões, atraídos pela industrialização, a partir da década de 70.

De origem geográfica, constitui-se em referência à enorme reserva de mata nativa existente ao tempo da povoação do município, cenário de beleza natural e riquezas ambientais. É irrigada por quatro bacias hidrográficas: Rio Iguaçu, Rio Passaúna, Rio Barigui e Rio Cachoeira. As condições de drenagem são favoráveis face às declividades naturais do terreno, situado no divisor de águas da Represa do Passaúna e do Rio Barigui. A cidade possui duas represas, a do Rio Verde, que é utilizada pela Petrobrás, e a do Rio Passaúna, onde é feita a captação de água pela Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) que, após o tratamento, abastece o município.

Na região onde atualmente encontramos o reservatório do Passaúna, foram encontrados sítios arqueológicos que remontam há aproximadamente 4.000 anos, mostrando a presença de grupos indígenas nessa região, vindos do Planalto Central brasileiro, ao longo do tempo, os primeiros grupos indígenas, ancestrais dos povos Jê, atualmente representados pelos caingangue e xokleng, muito antes da chegada dos primeiros europeus. Viajantes que aqui estiveram nos séculos XVI e XVII, bem como os mapas da época, localizavam as grandes aldeias indígenas, aparecendo entre elas a de Tindiquera.

Entre 1985 e 1986 foi desenvolvido um projeto arqueológico em Araucária em busca de vestígios dos Tinguís. O projeto Passaúna, coordenado pelo arqueólogo Igor Chmyz, do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA-UFPR), foi realizado antes do alagamento da represa do Passaúna, onde foram cadastrados seis sítios arqueológicos.

Segundo estudo promovido pela Provopar, em 2006, esses povos viviam em aldeias com até 300 pessoas, em grandes casas retangulares cobertas com folhas de palmeiras, conhecidas como “buracos de bugre”. No centro dessas habitações, com duas ou três aberturas usadas como portas, havia sempre uma ou mais fogueiras que ajudavam na iluminação, no aquecimento e na preparação dos alimentos. Usavam ferramentas como raspadores, bigornas, batedores, pilão e confeccionados de pedra polida. De taquara teciam seus cestos e impermeabilizavam esses cestos com mel de abelha.

Da tradição tupi-guarani, segundo estudos da Provopar, destacam-se a cerâmica decorada com figuras geométricas vermelhas e pretas, os cachimbos cerâmicos e as lâminas de machado feitas em pedras polidas e lascadas. Os guaranis cultivavam milho, mandioca, batata doce, etc., coletavam raízes e mel. Pintavam o corpo, teciam vestimentas em algodão e usavam adornos feitos com sementes, ossos, dentes de animais, plumas coloridas, entre outros.

Em 2017, outro estudo arqueológico identificou evidências da existência de populações ceramistas, agricultoras e Proto-Jê, que podem ter habitado essa região entre 3.000 e 500 anos atrás. Teriam estes povos construído casas subterrâneas, das quais ainda restam vestígios.

Assim, a região onde está localizada Araucária era, originalmente, conhecida como Tindiquera, que significa “buraco de tingui”, em outras palavras, o território dos tinguis, povos que faziam de moradia covas abertas no chão. De origem Tupi-Guarani, tingui significa “nariz afilado”.

Segundo Almeida (2021), os tinguis podem ter permanecido na região de Araucária, estabelecendo convivência próxima dos europeus e escravos africanos. No entanto, muitos teriam fugido para não serem escravizados ou atacados por grupos de bandeirantes e colonizadores que buscavam ouro na região. Contudo podemos ainda indagar se eles realmente desapareceram ou estão invisibilizados?

No século XVII surgem povoações do homem branco por essa região (hoje

Araucária) com as doações das Sesmarias, que foi um sistema português, adaptado no Brasil, que normatizava a distribuição de terras destinadas à produção agrícola.

Assim, em 1668, Domingos Roiz da Cunha encaminhou requerimento a Gabriel de Lara solicitando, para si e seus filhos, uma sesmaria na região de Tindiquera. O interesse pela terra, constituída de campos cercados por mata de araucária e imbuia, paulatinamente, atraiu outros moradores e no final do século a região já contava com uma dezena de grandes proprietários [...]. (ARAUCÁRIA, 2010, p. 13-14).

Com o advento das sesmarias e dadas as condições dos campos de matas com madeira nobre, as famílias iniciaram a transformação do espaço natural, por meio das roçadas e das atividades agrícolas, e o lugar passou a ser ponto de referência pelo caminho dos tropeiros.

Nesta época a região de Tindiquera e arredores estava passando por uma fase de desenvolvimento graças ao impulso provocado pelo tropeirismo. A utilização do rio Iguaçu como meio de transporte para fazer a ligação entre Lapa e Palmeira originou uma pequena povoação nas proximidades do rio, 36 a meia légua de distância de Tindiquera. O pequeno porto, estabelecido neste lugar, acabou atraindo muitos moradores que passaram a residir ali. Devido ao deslocamento gradativo da população para as margens do rio Iguaçu, em 1848, a sede da capela curada foi transferida de Tindiquera para a capela de Nossa Senhora dos Remédios em Iguaçu. A partir daí a região passou a ser conhecida como Iguaçu. (ARAUCÁRIA, 2010, p. 11).

Podemos perceber diferentes cenários/territórios que se formavam dadas as temporalidades históricas e culturais. Uma das mudanças que se pode conceber em detrimento da narrativa é a que a população crescia com o fluxo imigratório de russos, poloneses e alemães, que numa ação simultânea alteraram o lugar e fundaram a Colônia Thomaz Coelho.

A chegada dos imigrantes poloneses e a fundação da colônia Thomaz Coelho em 1876 inaugurou uma nova era na história de Iguaçu [...] Foi nesse contexto que surgiram as chamadas Sociedades-Escola, uma iniciativa dos imigrantes [...] Hoje sabemos que nas Sociedades-Escola, para além das atividades escolares, eram desenvolvidas atividades de teatro, dança, música, bailes, celebrações religiosas, comemorações cívicas, leitura, recitais, competições esportivas, importação de insumos e instrumentos agrícolas, estudos de novas técnicas agrícolas e até mesmo organização de exposições agrícolas na capital do estado. (ALMEIDA, 2019, p. 51-52).

Mas com a imigração europeia vieram também muitas dificuldades e problemas. De acordo com Almeida (2021):

[...] nessa época, a Europa também era assolada por doenças infecciosas, como tifo, influenza (gripe) e varíola. Os patógenos dessas doenças também vieram nos barcos da imigração europeia — e o efeito sobre os nativos brasileiros foi avassalador. Também majoritariamente pobres, vivendo em

condições precárias e sem imunidade contra as novas doenças, índios e caboclos morreram em larga escala. Registros históricos afirmam que cemitérios precisaram abrir valas de covas coletivas para dar conta de todas as mortes no município, tanto dos nativos, como dos migrantes. O último registro da presença de índios nativos do município de Araucária data do entorno de 1920 a 1925, logo após a disseminação da gripe espanhola. A última família de linhagem cabocla no Arquivo Histórico de Araucária data de 1970, seriam o senhor Nhõ Teotônio Pires e seus descendentes. (ALMEIDA, 2021, p. 7).

As transformações estavam apenas começando, assim como a história da cidade, que surgia de uma pluralidade étnica singular que preservava costumes, tradições, memória e história. Ainda hoje podemos encontrar alguns hábitos alimentares típicos dos caboclos e dos povos originários, tais como o cultivo de milho, mandioca, erva-mate, legado “tingui”.

Outro ponto importante a destacar é que no século XIX o saber escolar e o seu currículo na Sociedade-Escola concentravam atividades religiosas, cívicas, de lazer e técnicas agrícolas, dentre outras. O município se modifica, trilhando o caminho do desmembramento dos municípios de Curitiba e São José dos Pinhais, o que vem a ocorrer em 11 de fevereiro de 1890 pelo Decreto Estadual nº 40, sancionado pelo governador José Marques Guimarães.

A partir do século XIX, inicia-se a exploração comercial da madeira, que entra em crise pela devastação das reservas em 1930, cenário triste e lamentável, pois vem a configurar a causalidade da ação humana no meio ambiente, por meio de mudanças que comprometem a paisagem natural. Então, os moradores de Araucária buscam a exploração da erva-mate (até a década de 1940), nova fonte de renda e trabalho, comercializando com o país vizinho: Argentina.

A economia vai mudando e com ela o ritmo de vida, de trabalho, de tempo e a história. Novos mercados trazem novas ofertas de emprego nas olarias, cerâmicas, moinhos, fábricas de palhões, de massa de tomate, de linho, de fósforo, de balas, bolachas, torração de café, etc.

Para alguns é o “progresso” que se anuncia, para outros, é a possibilidade de lucro, de uma melhor condição de vida, de novas desigualdades sociais que se acentuam. Ruas, praças, avenidas, escolas, comércio, igrejas e parques se modificam. E na década de 1970, com a implantação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas – Repar, o município ganha nova roupagem, pois a industrialização resulta na urbanização e altera a paisagem de Araucária ao longo do tempo. Muitos moradores

das áreas rurais são atraídos pela industrialização com a promessa de emprego e uma vida melhor.

A industrialização do município resultou na inversão da concentração da população das áreas rurais para a área urbana, de acordo com Araucária (2010). As alterações provocadas pela instalação de indústrias no município de Araucária, principalmente na sua estrutura econômica e demográfica, a par de um crescimento populacional acentuado, provocou um esvaziamento nas áreas rurais. Na década de 1970 a população rural representava 68% da população do município. No final da década de 1980, essa mesma população representava apenas 9% dos habitantes. (ARAUCÁRIA, 2010, p. 105).

Evidenciam-se novas e emergentes necessidades sociais, entre elas: saneamento básico, mão de obra especializada, investimento na saúde, na educação e no lazer. Novos bairros vão emergindo dos assentamentos/loteamentos precários e com eles cresce a necessidade de políticas públicas e ações de comunidades organizadas, que vislumbram melhores condições de vida, na cidade e com a cidade, que cresce e se transforma pela ação humana nos diferentes territórios que compõem o município.

Com uma diversidade étnica, vai se consolidando na formação de seus munícipes, mesmo diante de tantos desafios e desigualdades econômicas e sociais. De acordo com Skrzypnik (2009):

Tal situação de despreparo das cidades se comprova em Araucária, pelo fato de que o município apresentava na década de 1970 um percentual de 62,8% de pobreza, o maior índice registrado e uma renda média per capita familiar pouco acima de meio salário mínimo, de acordo com os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil em 1998. Em 1970, a taxa de analfabetismo do município encontrava-se no valor de 14,8% da população araucariense, somada ao índice de 62,8% de pobreza demonstra a situação delicada que a população estava. A situação do analfabetismo, em 1980, ainda era alarmante: 13,5% da população ainda se encontravam sem o acesso dos conhecimentos sistematizados pela instituição escolar. (SKRZYPNIK, 2009, p. 39).

Apesar de muitos conflitos, Araucária é um município que se descortina pelas ações de seus munícipes e nos convida a ler sua história. Araucária, cidade símbolo do Paraná, sua grandeza territorial e populacional, se traduz em dados como mostra o do Censo IBGE (2010), quando pontua que o município de Araucária tem uma área de 469,24 km² sendo que, aproximadamente, 80% é área rural. Esse perímetro compreende 41 (quarenta e uma) localidades, onde residem, aproximadamente, 8.914 habitantes, ou seja, 7,48 % da população.

Uma cidade com tamanha visibilidade numérica precisa ser lida e compreendida nas suas limitações de modo que se possa superar os entraves que a

limita. Pode ser escrita historicamente, com dignidade e respeito, conforme aponta o ODS 4, e para tal é fundamental “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”.

Temos em Araucária uma população que escreve sua história por meio de ações e memórias passadas de geração a geração, tanto no espaço urbano quanto no campo.

Esse breve recorte sobre a história da cidade de Araucária visa contribuir para a compreensão dos seus diferentes territórios, enquanto cenários constituídos no coletivo histórico de seus munícipes, dando pano de fundo para o diálogo entre currículo e formação continuada na perspectiva do ensino de História enquanto componente curricular que permeia o desenvolvimento humano e reflete ações transformadoras no tempo.

Parafraseando Moll (2013), vale lembrar que “a rua e a escola são territórios educativos que se complementam, mas o Estado e outras esferas privadas devem assumir o compromisso cidadão para que todos os territórios da cidade possam apresentar caráter pedagógico, político e cultural”.

3.2 FONTES DE PESQUISA: CAMINHOS PERCORRIDOS

Em todo momento e lugar, somos convidados a repensar a educação na contemporaneidade, com seus desafios e propostas inovadoras, o que nos remete a repensar a oferta e a qualidade da educação oferecida, e para além das políticas públicas faz-se necessário refletir sobre projetos e propostas que articulem diferentes agentes educadores na promoção da educação no sentido mais amplo, que seria a educação para a vida toda. Corroborando essa ideia de educação para toda a vida, podemos citar Gadotti na entrevista para Viviane Mosé, quando diz:

[...] somos seres incompletos, inconclusos, inacabados, precisamos do outro, precisamos do olhar do outro. Para viver, precisamos estar sempre aprendendo coisas novas. Aprendemos na cidade, aprendemos na escola, aprendemos na televisão, aprendemos no cinema, aprendemos na rua, porque a cidade também se tornou educadora. (MOSÉ, 2013, p. 126).

Pensando então na cidade como território formativo, responsável pela promoção de diferentes aprendizagens, Gadotti (2006) tece uma relação da cidade com a escola e da escola com a cidade, e nos leva a considerar “a cidade, como

espaço de cultura, educando a escola e todos que circulam em seus espaços, e a escola, como palco de espetáculo da vida, educando a cidade numa troca de saberes e de competências” (GADOTTI, 2006, p. 134).

Tais ideias encontram suporte no Manifesto das Cidades Educadoras aprovado no I Congresso Internacional das Cidades Educadoras realizado em Barcelona, em novembro de 1990, revisto no III Congresso Internacional em Bolonha (1994) e atualizado no de Génova (2004), onde se apontaram princípios fundamentais ao impulso educador de uma cidade, suas abordagens, demandas e desafios.

Sendo Araucária uma Cidade dotada de diferentes cenários de aprendizagem, tanto no espaço urbano como no espaço do campo, buscamos mapear por meio da sistematização de fontes diversas informações a partir de pesquisas em documentação secundária, oficial e não oficial, para embasar a realização do produto, bem como para servir de referência para novas pesquisas.

A seguir, no Quadro 6, apresentamos algumas fontes documentais e bibliográficas que deram suporte à organização do produto dessa pesquisa.

Quadro 6 – Fontes documentais e bibliográficas

MATERIAL	AUTOR	ANO	RESUMO
Diretrizes Municipais de Educação	Prefeitura do Município de Araucária-PR	2012	Documento normativo obrigatório para a Educação Básica que orienta o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino.
Planejamento Referencial Curricular	Prefeitura do Município de Araucária-PR	2021	O Planejamento Referencial do Ensino Fundamental 2021 não tem a pretensão de apresentar-se como algo pronto e acabado. O documento traz os componentes curriculares e uma sugestão de divisão dos conteúdos por trimestre, sendo que os demais elementos ainda estão em fase de implementação, sendo possível receber contribuições dos profissionais ao longo do ano de 2022 para uma possível nova atualização, pois entendemos que o currículo é dinâmico e possível de novas adequações sempre que necessário de acordo com a legislação vigente e a realidade vivenciada (ARAUCÁRIA, 2021, p. 6).

Cadernos Pedagógicos	Prefeitura do Município de Araucária-PR	2014 2015 2017 2018 2019 2020 2021	<ul style="list-style-type: none"> ■ 2014 – Aprendizagem para todos ■ 2015 – Pedagogia Histórico-Crítica e Desenvolvimento Humano ■ 2017 – Investigação da Prática Pedagógica ■ 2018 – Investigação da Prática Pedagógica ■ 2019 – Pesquisas, Práticas e Vivências na Educação ■ 2020 – Desafios e possibilidades em tempos de Pandemia ■ 2021 – Relacionamento humano: vivências e aprendizagens no ensino remoto.
Conectar/Canal Educação Araucária https://www.sites.google.com/educacao.araucaria.pr.gov.br/conectara-raucaria/conectar?authuser=0	Equipe docente da Prefeitura do Município de Araucária	Estreou em 30 de ago. de 2021	Os vídeos de curta duração do ConectAr apresentam sugestões de atividades nos diferentes campos de experiência e componentes curriculares, histórias contadas e projetos direcionados às crianças e aos estudantes, tão importantes para a aprendizagem e o desenvolvimento.
EstudAr	Equipe docente da Prefeitura do Município de Araucária	2021/ 2022	Material Estruturado para o 4º e 5º ano, de Língua Portuguesa e Matemática
Livro: “Araucária: Conhecer, Valorizar e Cuidar – Geografia e Educação Ambiental”	Araucária-PR: Prefeitura do Município de Araucária: Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 2021.	2020/ 2021	Esse livro é um projeto de uma Professora da Rede Municipal de Educação, a Professora de Geografia Ivanis Bordignon Nunes, que foi idealizado inicialmente em formato de apostila em 2017 e agora em 2020/2021 atualizado e sistematizado em formato de <i>e-book</i> , com a contribuição de diversos profissionais da Gestão Municipal. Nele estão presentes aspectos geográficos, históricos e científicos do Município com uma visão da Educação Ambiental, e cuidado com o Meio Ambiente e princípios de Consciência Ecológica, para serem explorados com alunos do Ensino Fundamental, subsidiando o professor com informações locais e funcionamento de serviços públicos essenciais à população https://araucaria.atende.net/subportal/meio-ambiente/pagina/livro-araucaria-conhecer-valorizar-e-cuidar
Livro: “Recriando histórias de Araucária”.	SCHMITD, Maria Auxiliadora.	2008	Pode-se considerar que o livro de maneira geral comporta uma modalidade específica de conhecimento do passado – a de um passado registrado que o presente incorpora por meio de inúmeros vestígios capazes de serem estimulados a fim de proporcionar o

			conhecimento histórico (PERRETTO, 2011, p. 46).
Página de Facebook: Arquivo Histórico Archelau de Almeida Torres	Arquivo Histórico Archelau de Almeida Torres	2020	A página do Arquivo Histórico compartilha memórias e histórias da cidade de Araucária e também pode ser considerado um canal prático, eficiente e dinâmico que proporciona informação e conhecimento.
BNCC	BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.	2018	A Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo para as redes de ensino e suas instituições públicas e privadas, referência obrigatória para elaboração dos currículos escolares e propostas pedagógicas para a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio no Brasil. (WIKIPEDIA)
Territorialização e Aceleração dos ODS: Diagnóstico situacional de indicadores ODS	Brasília: PNUD	2020	Os Diagnósticos Situacionais surgiram como forma de atender a uma demanda dos processos de localização dos ODS nos níveis subnacionais, que o PNUD recebeu após o lançamento da Agenda 2030. O objetivo desses relatórios é traçar uma linha de base formada por indicadores e estimular a reflexão sobre o monitoramento do alcance de metas locais e globais. (Brasília: PNUD, 2020, p. 22).
Coleção História de Araucária	Prefeitura Municipal de Araucária. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.	2012, 2010, 2002, 1999, 1997.	Essa coleção de livros físicos apresenta no: v. 6, Saberes de Araucária: causos, culinária, simpatias, benzimentos e medicina popular; v. 5, A construção de uma história: a presença étnica em Araucária. v. 4, Da madeira ao aço: a industrialização de Araucária. v. 3, Mestres alunos e escolas: a memória do ensino em Araucária. v. 2 Os espaços de lazer em Araucária. v. 1. Agricultura e Indústria: memória do trabalho em Araucária
O Popular/ jornal da Cidade de Araucária	O Popular.	2021 2022	Diversos textos na proposição da divulgação da história da cidade de Araucária
Araucária Cultural (https://docs.ufpr.br/~coorhis/robsonluan/arquivo.html)	Robson Luan da Silva Juraski sob orientação do Professor Luiz Geraldo Silva	2014	Site que busca reunir informações sobre a movimentação cultural em Araucária, onde é possível encontrar um pouco de história, agenda cultural, notícias. Trabalho elaborado para a disciplina de Tópicos Especiais de História e Mídias do Curso de Bacharelado em História – Memória & Imagem – UFPR, pelo aluno Robson Luan da Silva Juraski sob orientação do Professor Luiz Geraldo Silva no segundo semestre do ano de 2014.

Atend.net (https://araucaria.atende.net/cidadao)	Município de Araucária	2020-2022	Portal do cidadão do Município de Araucária.
--	------------------------	-----------	--

Fonte: a autora (2022).

Ao analisar as fontes, trazemos alguns apontamentos que consideramos pertinentes na elaboração do produto, tais como:

O caderno pedagógico, que reúne anualmente artigos que comprovam o desenvolvimento de práticas pedagógicas de grande valia, pois se caracterizam pela organização e sistematização de metodologias inovadoras sob o olhar de respeito e compromisso com os estudantes dos diferentes espaços escolares (Escolas, CMEIs, Clube de Ciências, Oficinas de Artes).

No entanto, ao analisarmos a composição dos cadernos pedagógicos, percebemos que o ensino de História não vem sendo foco de tais artigos, conforme mostra o Quadro 7 a seguir:

Quadro 7 – Quantidade de artigos que abordam o ensino de História nos cadernos pedagógicos de Araucária – Paraná

Ano de Publicação	Total e artigos	Quantidade de Artigos que abordam o ensino de história
2014	14	3
2015	40	1
2017	61	4
2018	51	3
2019	25	1
2020	38	1

Fonte: a autora (2022).

Tal fato aponta uma característica ímpar de nossa pesquisa que valida a importância do Ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental e a contribuição que o produto (*e-book*) desta pesquisa pode trazer em razão das práticas

que nele se desenham enquanto possibilidades de integrar os territórios da cidade de Araucária ao currículo posto na perspectiva da cidade com potencial educativo.

Depreendemos que a cidade pode ser concebida enquanto livro aberto, conceito utilizado por Carbonell (2002, p. 103) quando pontua que “é preciso aprender a olhar e a interpretar e que é um excelente laboratório para trabalhar o processo de trânsito da anedota à categoria, do concreto ao abstrato, das noções isoladas à sua sistematização, da informação ao conhecimento”.

Nesse contexto, compreendemos os territórios de aprendizagem que se emolduram no arquivo histórico, nas páginas ilustradas de livros como o *Recriando Histórias de Araucária* (2008) e o *e-book Araucária: conhecer, valorizar e cuidar* (2020/2021), sendo nessa proposição que se buscou perceber o diálogo interdisciplinar partindo da análise do Planejamento Referencial Curricular de Araucária.

Esses materiais também inspiraram a organização e a elaboração do produto dessa pesquisa, pois foram fontes históricas para a sistematização e estruturação de ideias relacionadas ao ensino de história.

Tecer reflexões sobre a proposta do Planejamento Referencial Curricular, na perspectiva de uma cidade educadora, remete-nos a outra questão de extrema relevância nesta pesquisa, que é a formação continuada.

De acordo com Behrens (1996, p. 135), “a essência da formação continuada é a construção coletiva do saber e a discussão crítica reflexiva do saber fazer”, subentendendo-se uma formação permanente, constante e repleta de necessidades que emergem de acordo com o tempo e sua realidade. A Resolução nº 4, de 13/07/2010, que define as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica, no seu art. 58, assinala que:

A formação inicial, nos cursos de Licenciatura, não esgota o desenvolvimento dos conhecimentos, saberes e habilidades referidas, razão pela qual um programa de formação continuada dos profissionais da Educação será contemplado no projeto-político-pedagógico. (DCN, 2010).

A RESOLUÇÃO DO CNE/CP Nº 1, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020, dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). A Meta 16 do PNE, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, define que, nos termos do art. 7º dessa Lei, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração para formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da Educação

Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da Educação Básica, formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Nessa proposição, o currículo e a formação continuada são elementos essenciais à concretização de uma organização da cidade como potencial educativo e podem inferir significado aos diferentes territórios que a compõem, sendo que a participação de todos deve ser compreendida dentro da proposição de formação integral, formação para a cidadania, para a vida e ao longo da vida.

Assim, percebemos que o produto dessa pesquisa, apresentado em formação continuada, vai corroborar com a instrumentalização do ensino de História, particularmente da cidade, e trazer reflexões sobre a materialidade do currículo prescrito, a partir dos diferentes territórios da cidade de Araucária.

Na organização e sistematização de materiais dentro da proposição de uma atitude historiadora, procuramos elencar os considerados mais relevantes, dentro da perspectiva do ensino de História da cidade de Araucária, para posterior análise destes, de modo a estabelecer linhas que possibilitem o diálogo, convergindo para possível constructo do currículo dentro da perspectiva de cidade com potencial educativo.

Podemos perceber ainda, na seleção apontada no quadro mencionado anteriormente, a presença importante de material tecnológico, o que infere ao aporte documental uma característica da história atual, em que tecnologias digitais permeiam espaços pedagógicos e educativos ao exemplo do Conectar/Canal Educação Araucária que utiliza vídeos e *podcasts* como recurso educativo.

O *site* Araucária Cultural também segue nessa linha tecnológica digital, informando e se apresentando como recurso pedagógico de pesquisa para o ensino de história local, bem como o jornal *O Popular*, que tem uma coluna com representatividade para divulgação da história e memória da cidade.

Dentre outros meios midiáticos estão as páginas do *Facebook* do Acervo Histórico Archelau de Almeida Torres, e da *Araucária, uma cidade, uma saudade*, que agregam novas tecnologias digitais e possibilidades de ensino/aprendizagem.

A figura a seguir foi elaborada na perspectiva de objetivar a leitura do protagonismo docente frente às novas tecnologias digitais e, mesmo sendo uma produção ainda singular, já demonstra a presença de inovação pedagógica na Educação de Araucária.

Figura 1 – Protagonismo docente



Fonte: a autora (2022).

No entanto, ao buscarmos a relação com o ensino de História nos materiais acima, percebemos algumas limitações, como a baixa produtividade de material específico que subsidie o trabalho docente com o componente curricular de História, nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Poucos artigos dos cadernos pedagógicos versam sobre o ensino de História. O próprio material estruturado é voltado para Língua Portuguesa e Matemática, do 4º e 5º ano, embora valorize a identidade e as especificidades do contexto histórico, social e cultural do município.

O canal ConectAr também apresenta poucos materiais sobre o ensino de História e dentre os que apresenta podemos citar *lives* voltadas à formação¹² docente.

Contudo, depreendemos que é fundamental compreender as possibilidades tecnológicas enquanto recursos promissores no espaço educativo, caracterizando novos territórios de aprendizagem.

¹² *Lives* disponíveis no Canal ConectAR, que apresentam temáticas relacionadas ao ensino de História: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hQP70KQwSg>. Acesso em: 7 fev. 2022. Passos e passes: História negra em Araucária. Reflexões sobre a resistência indígena Xetá e Guarani Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sr7xZ7pfbzY>. Acesso em: 7 fev. 2022. Organização do ensino de História e Geografia de forma lúdica em época de pandemia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RRvJM6zN58k>. Acesso em: 7 fev. 2022.

De acordo com Kenski (2011, p. 103), “o uso criativo das tecnologias pode auxiliar os professores a transformar o isolamento, a indiferença e a alienação com que os alunos frequentam as salas de aula”, isso em decorrência da mediação docente junto ao uso das tecnologias no espaço escolar, propondo situações de colaboração, por meio das quais os estudantes aprendam a respeitar, a aceitar e a se reconhecerem como sujeitos da sua aprendizagem.

Entre documentos e tecnologias digitais, foi possível mapear uma produção docente muito singular em Araucária. A seguir, apresentamos o Quadro 8 com publicações de professores da Rede Municipal de Araucária que se relacionam com nossos objetivos de pesquisa, apresentando-se como produção docente que viabiliza caminhos para o ensino de História.

Quadro 8 – Dissertações e teses – Produção dos docentes de Araucária

Autor	Ano	Título	Tipo
Lúcia de Fátima Skrzypnik	2009	Educação e trabalho no município de Araucária: a questão da formação profissional de 1990 a 2006.	Dissertação
Jociane Emília Silva Geronasso	2016	Diretrizes municipais de educação de Araucária/PR (2012): uma análise a partir do ciclo de políticas.	Tese de doutorado
Henrique Rodolfo Theobald	2007	A experiência de professores com ideias históricas: o caso do “Grupo Araucária”.	Dissertação
Jaqueline Lesinhovski Talamini	2009	O uso do livro didático de História nas séries iniciais do ensino fundamental: a relação dos professores com os conceitos presentes nos manuais.	Dissertação
Lindamir Zeglin Fernandes	2004	Patrimônio cultural e saber histórico escolar.	Dissertação
André Luiz Batista da Silva	2011	Concepções e significados de aprendizagem histórica na perspectiva da experiência de professores de história	Dissertação
Édina Soares Maciel	2011	Livros didáticos de História e experiência cultural dos alunos: estudo em uma escola do campo.	Dissertação
Cristiane Perretto	2011	Quando se recorre às lembranças para narrar a experiência humana no tempo: o livro <i>Recriando histórias de Araucária</i> .	Dissertação

De 2004 a 2016, encontramos oito trabalhos de pesquisa, porém podemos observar que não abordam o diálogo com a cidade educadora, uma vez que não fazem referência aos espaços da cidade como elementos com potencialidade educativa, na perspectiva apontada pela AICE. Daí mais um fator de relevância de nossa pesquisa, pois trazemos esse olhar, essa intencionalidade, configurando-se como inovadora nessa linha.

A relevância de apresentarmos o quadro acima deve-se ao fato de que os autores de tais trabalhos são docentes na Rede Municipal de Araucária e deixam um legado histórico por meio de suas contribuições científicas ao escreverem sobre temáticas que vêm ao encontro da nossa proposta de pesquisa, contribuindo para a divulgação da história do município, intencionalidade pedagógica e olhar para a educação como direito social e humano, numa perspectiva emancipadora e contemporânea, conforme aponta Gadotti (2004) ao escrever que:

Seja qual for a perspectiva que a educação contemporânea tomar, uma educação voltada para o futuro será sempre uma educação contestadora, superadora dos limites impostos pelo Estado e pelo mercado, portanto, uma educação muito mais voltada para a transformação social do que para a transmissão cultural. (GADOTTI, 2004, p. 7).

A presença de docentes na Rede Municipal de Araucária, conforme podemos verificar no quadro acima, que por meio de pesquisas revelam a necessidade de integrar teoria e prática, conduzem-nos à reflexão da história enquanto componente curricular voltado não apenas ao passado, mas ao aprendizado transformador, contestador e dinâmico. Nesse contexto, Cassemiro (2020) pontua que:

O movimento historiográfico das últimas décadas do século XXI permite admitir a História como uma ciência interdisciplinar, dado o seu diálogo com outras ciências, que, muitas vezes, auxiliam na compreensão das diversas fontes utilizadas pela historiografia. Guardadas as devidas proporções, é essencial o mesmo movimento interdisciplinar estar presente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, pois é esta uma das fases em que o diálogo entre as diversas áreas deveria se dar com mais ênfase, visto a característica de formação do professor atuante, o mesmo professor-pedagogo ministra todas as disciplinas da grade curricular. (CASSEMIRO, 2020, p. 17-18).

Diante da proposta de interdisciplinaridade, busca-se reverter o fato de que, dos professores com formação em História, poucos atuam nas séries iniciais. Então, quando existem pesquisas científicas dentro de uma rede de Educação Pública

Municipal, como mostra o quadro, que hoje atende ao público de estudantes, em sua maioria, regularmente matriculados nas séries iniciais do Ensino Fundamental, acolhemos com expectativa e essência tais trabalhos que se configuram em material de extrema riqueza enquanto fontes bibliográficas e históricas.

Concordamos, então, com o que diz Cassemiro (2020):

O ensino de História para os anos iniciais ainda é tímido e restritivo a algumas pesquisas e cursos. Aos poucos, intercessões nessas estradas têm sido criadas por pesquisadores do Ensino de História, sendo eles historiadores, pedagogos e **matemáticos**. (CASSEMIRO, 2020, p. 19, grifo nosso).

A ideia que queremos transmitir aqui é de que o docente, indiferente de sua formação/licenciatura, que atua com os primeiros anos escolares do Ensino Fundamental, também percorre o caminho da pesquisa. Faz história e desenvolve, por meio de seu papel, a consciência histórica em seus estudantes ao trabalhar com a perspectiva de desenvolver habilidades e competências para a vida que se passa não apenas na escola, mas para além dos muros da escola.

Entendemos que é essa conexão entre educação formal, informal e formal que permeia elementos da aprendizagem significativa.

Nesse contexto, a proposta do *e-book*, produto elaborado a partir da organização do estado da arte, também é um material que poderá contribuir para o desenvolvimento do letramento histórico, da consciência histórica e do olhar do sujeito histórico para o seu papel de protagonista da própria história.

3.3 PLANEJAMENTO REFERENCIAL CURRICULAR DE HISTÓRIA DIALOGANDO COM A CIDADE EDUCADORA: LIMITES E POSSIBILIDADES

Pensar em limites e possibilidades sobre o planejamento referencial curricular da História no contexto de uma cidade com potencial educativo levou-nos ao encontro do Diagnóstico¹³ situacional de indicadores ODS da cidade de Araucária.

¹³ Os Diagnósticos Situacionais surgiram como forma de atender a uma demanda dos processos de localização dos ODS nos níveis subnacionais, que o PNUD recebeu após o lançamento da Agenda 2030. O objetivo desses relatórios é traçar uma linha de base formada por indicadores e estimular a reflexão sobre o monitoramento do alcance de metas locais e globais (Brasília: PNUD, 2020, p. 22). É importante ressaltar que esse diagnóstico não fez a análise de todos os ODS, assim como foi realizada apenas a análise de alguns indicadores sobre temas específicos, o que não permite entender plenamente o nível de todos os objetivos no município. Em outros casos, não foi possível obter determinado dado para a região, restringindo a análise. Contudo, o diagnóstico apresenta um conjunto

Apresentamos, a seguir, o Quadro 9 com algumas situações listadas de acordo com tal diagnóstico:

Quadro 9 – Diagnóstico situacional de indicadores ODS da cidade de Araucária

ODS	DIAGNÓSTICO SITUACIONAL
 <p>1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA</p>	<p>Em linhas gerais, pode-se dizer que o município possui resultados bons em relação ao ODS-1, pois vem reduzindo significativamente seus índices de vulnerabilidade social, como, por exemplo, a população em situação de extrema pobreza, cujo índice caiu de 7,61% em 1991 para 0,83% em 2010. Fatos assim permitem inferir que o município reúne condições para superar o desafio de erradicar a pobreza extrema até 2030 e assim cumprir a Meta 1.1 do ODS-1.</p>
 <p>2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL</p>	<p>Em relação ao ODS-2, o índice de crianças desnutridas menores de 2 anos era de 3,48% em 2019. Observe-se que para cumprir a Meta 2.2 dos ODS, o município deverá acabar com todas as formas de desnutrição.</p>
 <p>3 SAÚDE E BEM-ESTAR</p>	<p>Na área de saúde, representada no ODS-3, observam-se avanços e desafios. De positivo pode-se destacar que a taxa de mortalidade infantil se manteve bem abaixo do limite estipulado na Meta Global 3.2 dos ODS. Por outro lado, observa-se a necessidade do reforço de políticas para reduzir a gravidez de meninas de 10 a 19 anos, e de estar atento aos casos de incidência do HIV, da tuberculose, da hepatite e das doenças crônicas não transmissíveis, principalmente as que afetam o aparelho circulatório e as neoplasias. As mortes no trânsito tiveram forte redução, porém, na série histórica analisada, pois apresentaram picos relativamente altos para o tamanho do município, demandando assim mais atenção.</p>
 <p>4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE</p>	<p>Na área da educação, representada pelo ODS-4, de pronto deve ser destacada a melhoria nos indicadores de frequência escolar e escolaridade de jovens e adultos, bem como o acesso de todos os estabelecimentos escolares à água potável e à eletricidade. Também cabe saudar o desempenho da rede escolar nos anos iniciais do ensino fundamental. Porém, demanda atenção a pouca presença de computadores nas escolas até o ciclo fundamental, bem como a baixa oferta de serviços de atendimento educacional especializado nas escolas.</p>
 <p>5 IGUALDADE DE GÊNERO</p>	<p>Sobre o ODS-5 – Igualdade de Gênero, o diagnóstico apontou que Araucária não elegeu nenhuma mulher para o cargo de Prefeita, e nas duas últimas eleições – 2012 e 2016 – foram eleitas apenas quatro mulheres vereadoras. O rendimento das mulheres também estava bem abaixo do rendimento masculino no Censo de 2010. É preciso que o município trabalhe mais intensamente para garantir a participação plena e efetiva das mulheres em todos os níveis de tomada de decisão, especialmente na política, nos termos da Meta 5.5 do ODS-5.</p>

de informações importantes, que permitiu fazer uma avaliação do cenário municipal (Brasília: PNUD, 2020, p. 156).

 <p>6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO</p>	<p>Os indicadores apresentaram progressos no ODS-6. O percentual da população com abastecimento de água no município de Araucária em 2018 era de 100%, enquanto no estado do Paraná 94,4% tinham acesso ao serviço, e no Brasil, 83,6%. No que diz respeito ao esgotamento sanitário, a cobertura é de 82,8% da população coberta pela rede, percentual superior ao do estado e do país. Houve uma queda no índice de perdas na distribuição de água entre os anos de 2010 e 2018, passando de 39,73% para 34,13% e ficando abaixo do índice do país.</p>
 <p>7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL</p>	<p>O município de Araucária também seguiu uma trajetória de crescimento na disponibilização de energia para a população local. O percentual de cobertura era de 96,39% em 1991, passou para 99,55% no ano 2000, e chegou a 99,85% em 2010.</p>
 <p>8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO</p>	<p>Na área de trabalho e crescimento econômico, relativa ao ODS-8, a economia do município, em especial o setor industrial, foi muito afetada entre 2011 e 2014, conforme apontado na análise da evolução do PIB e da produção industrial neste período. E, como dificilmente poderia ser diferente, o mercado de trabalho também sofreu impacto: foram extintos 2.321 postos de trabalho com carteira assinada entre 2010 e 2018. É importante ressaltar que ações bem-sucedidas nesse campo, ainda que dependentes das esferas federal e estadual e do setor privado, podem acarretar impactos positivos quanto ao ODS-9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura – e o ODS-10 – Redução das Desigualdades.</p>
 <p>10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES</p>	<p>Estima-se que, para o estado do Paraná, o percentual de cobertura do serviço de coleta de resíduos em relação à população total do estado era de 93,7%, em 2010, passando para 90,46%, em 2017. No município de Araucária, essa cobertura era de 100% da população em 2010 e 2017.</p>
 <p>16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES</p>	<p>A Meta 16.1 tem como objetivo “reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada, em todos os lugares”. A análise da taxa anual de homicídios a cada 100 mil habitantes mostra que o município apresentou taxas que oscilaram entre 2010 e 2018 com tendência de queda, mas que foram inferiores às do país apenas em 2017 e 2018. O ano de pico foi 2010, quando ocorreram 81 homicídios no município e a taxa chegou a 68 mortes por 100 mil habitantes. Em 2018, a taxa reduziu para 26,2, que é inferior em relação ao país.</p>

Fonte: a autora, com base nos dados de PNUD (2020).

Podemos inferir que o quadro acima nos mostra desafios que precisam ser superados na construção de uma cidade educadora. Desafios postos aos gestores e aos cidadãos que se preocupam e desejam a construção de um espaço mais justo, humano e politizado. Nesse sentido, Jaqueline Moll¹⁴ (2016) diz que:

¹⁴ Foi assim que Jaqueline Moll, professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretora de Currículos e Educação Integral da Secretaria de Educação Básica no MEC entre 2007 a 2013, abriu a conversa com a Plataforma Cidades Educadoras sobre como – e por que – as gestões públicas podem se debruçar sobre o conceito de Cidades Educadoras para definir sua vida pública no próximo período e transformar suas cidades. Disponível em

[...] o debate de Cidades Educadoras, por mais que tenha em si inúmeros desdobramentos e conotações pedagógicas, é eminentemente político e afeta profundamente a vida democrática: ele diz respeito à organização da vida na cidade, ao nosso direito à uma cidade justa, sem desigualdade, com amplo acesso aos espaços e à vida artística, cultural, educativa e científica de uma cidade. Ele nos pergunta se queremos uma cidade para todos e todas ou se seguiremos à reboque de modelos e gestões autoritárias. (MOLL, 2016, Plataforma Cidades Educadoras).

O diagnóstico situacional nos leva a considerar também a importância de pensarmos nas evidências e potenciais educativos de uma cidade, tais como seus monumentos, praças, lugares de memória e espaços públicos formais e informais que promovem educação. Segundo Bernet (1997)

[...] se fosse possível medir o grau de educabilidade de uma cidade – isto é, a sua capacidade ou potência educativa –, deveriam tomar-se como indicadores não só a quantidade e qualidade das escolas que contém mas também os resto das instituições e meios que geram formação, e, sobretudo, deveriam analisar-se como interatuam e são capazes de harmonizar-se todos estes agentes. (1993:181).

Logo, busca-se também compreender o papel do currículo no espaço escolar e na cidade, uma vez que o currículo também pode ser compreendido como resultado de ações políticas, com intencionalidade política que se insere num contexto histórico.

Arroyo (2011)¹⁵ analisa o currículo de forma crítica enquanto campo político em disputa no qual suas estruturas e ordenamentos são objeto de indagações mais do que veículo em movimento. O autor discute o direito ao conhecimento emergente nos currículos referentes à memória, à vivência dos tempos dignos e justos, à cultura e à condição de cidadãos.

Considerando currículo enquanto meio sistematizado do conhecimento emergente, dentro da normatização, temos de pensar no seu processo de produção e organização. Desse modo apresentamos um histórico dessa construção curricular no município de Araucária, *lócus* dessa pesquisa.

Os documentos e legislação municipal de Araucária apontam que em 1992 o Município elaborou as primeiras propostas curriculares para todas as séries e áreas

<https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/cidade-educadora-e-eleicoes-como-um-candidato-a-prefeito-pode-transformar-sua-cidade/>. Acesso em: 6 ago. 2022.

¹⁵ Resenha do livro *Currículo, território em disputa*. (ARROYO, Miguel. *Currículo, território em disputa*. Petrópolis: Vozes, 2011. 374 p.).

do Ensino Fundamental e passou por diversos processos de reelaboração de propostas e diretrizes curriculares, dentre elas em 1994, 1996, 2000 e 2004.

Desde 2004, a Rede Municipal de Ensino de Araucária conta com a efetivação do Sistema Municipal de Ensino pela Lei Municipal nº 1.528/2004.

De acordo com o texto de apresentação do Planejamento Referencial Curricular de Araucária, a versão de 2021 “surgiu para atualizar o currículo do município e responder à demanda da implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), atendendo à Resolução CNE/CP n.º 2, de 22 de dezembro de 201”.

A atualização foi realizada com base nas Diretrizes Municipais de Educação de Araucária (2012), no Planejamento Referencial (2016), no Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações (2018), no Referencial Curricular do Paraná – em Ação (2019), na Organização Curricular de Araucária: um compromisso com o direito ao conhecimento (2019) e a versão preliminar do Planejamento Referencial do Ensino Fundamental 2020.

Para sistematizar o trabalho pedagógico e facilitar as práticas integradas de forma significativa nas Unidades Educacionais, os objetos de conhecimento foram alinhados o máximo possível com os demais componentes curriculares e comparadas às ordenações trimestrais, considerando as sugestões dos livros didáticos e do documento Referencial Curricular do Estado do Paraná em Ação (2019), para serem trabalhados de forma mais dinâmica e efetiva no cotidiano escolar, auxiliando para que a avaliação ocorra com diversos instrumentos, de forma contínua e planejada, permitindo que se efetive significativamente o processo de ensino e aprendizagem. (ARAUCÁRIA, 2022, p. 5).

Na versão atual, disponível no formato *on-line*, no *drive* institucional, organizada por ano escolar, apresenta-se um texto preliminar e os componentes curriculares com uma sugestão de organização trimestral. Também estão disponíveis nesse formato mapas mentais organizados por trimestre, os quais convidam os docentes ao trabalho interdisciplinar, numa perspectiva de alfabetização e letramento.

Com base nesse contexto buscamos no produto, foco desta pesquisa, estabelecer a interdisciplinaridade entre os diferentes componentes curriculares, por meio da organização de uma sequência de atividades apresentadas em cada capítulo do *e-book*¹⁶, com sugestões de encaminhamentos que contemplam os diferentes objetos de estudo e objetivos de aprendizagem.

¹⁶ Produto dessa pesquisa, previamente intitulado de *Cenários de Aprendizagem: Ferramentas de Divulgação da História do Município de Araucária-PR*.

Na composição dos capítulos do *e-book* foram utilizadas imagens da cidade de Araucária que enfatizam a importância de se perceber o potencial histórico, patrimonial e memorialístico destas, para o ensino da história local, convidando o docente a pensar o uso das fontes históricas no ensino de História.

Nesse contexto, tomamos o pensamento das autoras Urban e Luporini (2015, p. 13), entendendo que “entre os pressupostos da aprendizagem histórica, estão o desenvolvimento de pensamento histórico, a construção de argumento [...]”, fato este que foi pensado na organização das atividades propostas no *e-book*.

A ideia principal é que o próprio *e-book* seja visto como um convite para as atividades externas, ou seja, para as vivências curriculares em atividades externas, compreendendo que na interação com o outro e com o meio se faz ação educativa transformadora, ao tempo em que se identifica e se constrói identidade.

É a educação para além dos muros da escola, conforme aponta a AICE, quando prescreve na Carta das Cidades Educadoras (2021) sobre a identidade da cidade:

[...] a cidade tem de saber encontrar, preservar e apresentar a sua identidade própria, complexa e mutável, bem como valorizar o património material e imaterial e a memória histórica que lhe confere singularidade. Esta é a base para um diálogo fecundo com o meio ambiente e com o mundo. A valorização dos seus costumes e das suas origens deve ser compatível com os direitos humanos. Ao mesmo tempo, oferecerá uma imagem atrativa sem desvirtuar o seu ambiente natural e social, promovendo entre os seus habitantes o sentimento de pertença e de responsabilidade partilhada. (AICE, 2021, p. 13).

A proposta de vivências curriculares, que podem ser discutidas a partir das leituras apresentadas no *e-book*, amplia o currículo prescrito, levando-o para além dos muros da escola, e promove espaço de reflexão sobre os diferentes espaços/cenários da cidade com potencial pedagógico, educando pelo olhar, no caminhar e ao identificar-se com a identidade da cidade.

O Quadro 10 a seguir mostra um pouco do que o *e-book* convida a visitar.

Quadro 10 – Espaços portadores de memórias



Fonte: a autora (2022).

Pensar vivências curriculares vem ao encontro do ensino de História conforme podemos acompanhar na caracterização do objeto de estudo, unidades temáticas e objetivos gerais de aprendizagem para o ensino de História no terceiro ano do Ensino Fundamental.

Quadro 11 – Ensino de História

Objeto de estudo	A experiência humana no tempo.
Unidades temáticas	As pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município; O lugar em que vive; A noção de espaço público e privado.
Objetivos	Desenvolver noções sobre o lugar em que vive e as dinâmicas em torno da cidade e região, diferenciando vida privada e vida pública, espaço urbano e rural e consolidando a noção de identidade da criança quanto à sua vida social e aos seus direitos, por meio da análise das mudanças e permanências, semelhanças e diferenças entre o presente e o passado.

Fonte: SMED (2021).

Acrescente-se a isso a necessidade e importância de se pensar o ensino de

História como direito à cidadania, conforme aponta Cunha (1992) quando discorre sobre compreender o direito à memória, a partir do contato com a paisagem, vivenciando passado e presente. De acordo com Cunha (1992).

[...] compreender o Direito à Memória, como dimensão fundamental da cidadania, implica reformular as relações entre a preservação e a educação formal (...) cabe ao ensino de 1º e 2º graus (**hoje denominado de Ensino fundamental I e II, respectivamente**) integrar em seus currículos e programas escolares formas de incentivar ações concretas nesta área, incorporando atividades no campo da história oral, do contato com acervos arquivísticos ou museológicos, e com a paisagem urbana, de modo a vivenciar uma relação democrática com as diferenças do passado e do presente. (CUNHA, 1992, p. 230, grifo nosso para atualizar de acordo com a Legislação vigente).

Depreendemos que com base nas imagens apresentadas no *e-book* e em todo o trabalho organizado nele, dedicado aos docentes, potencializam-se encaminhamentos metodológicos para o ensino de História e amplia-se o currículo prescrito, de tal modo que se instrumentaliza para a produção do conhecimento.

Os atores envolvidos na produção do conhecimento, ao buscarem e analisarem as memórias e os saberes da comunidade, comparando-os e relacionando-os com outros saberes, poderão constituir e reconstituir suas identidades. Além disso, ao trabalharem com a diversidade de vários olhares, estarão contribuindo para o combate a atitudes etnocêntricas. (FERNANDES, 2004, p. 5).

Assim, o produto proposto nesta pesquisa busca desenvolver a consciência histórica, a partir de um entrelaçamento crítico entre passado, presente e futuro, bem como incorporar a narrativa historiográfica em articulação com os territórios do município de Araucária, atendendo à Diretriz Curricular de História do município quando ela afirma que as perguntas que fazemos ao passado necessitam ser organizadas sob a forma de uma narrativa histórica.

Nessa perspectiva, o produto que desenvolvemos articula-se à atual versão do Planejamento Referencial Curricular de Araucária, propondo a ampliação do que normatiza a BNCC, ou seja, ampliando os objetivos de aprendizagem (EF03HI01, EF03HI02, EF03HI03) para a identidade do município, enfatizando a história local.

Figura 2 – História local

1º TRIMESTRE	
UNIDADE TEMÁTICA - As pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município	
OBJETO DE CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM
O “Eu”, o “Outro” e os diferentes grupos sociais e étnicos que compõem a cidade e os municípios: os desafios sociais, culturais e ambientais do lugar onde vive.	<p>(EF03HI01) Identificar os grupos populacionais que formam o município e a região, as relações estabelecidas entre eles e os eventos que marcam a formação da cidade, como fenômenos migratórios (vida rural/ vida urbana), desmatamentos, estabelecimento de grandes empresas etc.</p> <p>- Identificar os primeiros grupos humanos que ocupavam a região onde o município se formou, dos paleoíndios aos Tingui.</p> <p>(EF03HI02) Selecionar, por meio da consulta de fontes de diferentes naturezas, e registrar acontecimentos ocorridos ao longo do tempo na cidade ou região em que vive.</p> <p>(EF03HI03) Identificar e comparar pontos de vista em relação a eventos significativos do local em que vive, aspectos relacionados a condições sociais e à presença de diferentes grupos sociais e culturais, com especial destaque para as culturas africanas, indígenas e de migrantes.</p> <p>- Expressar por meio de narrativas orais, escritas e/ou visuais sobre aspectos do município (população, economia, emancipação política, manifestações sociais e culturais, urbanização, educação, lazer e saúde, entre outros).</p>

Fonte: Araucária (2021).

Outra singularidade do produto que estamos propondo é que ele apresenta sugestões de encaminhamentos metodológicos, indicativos de práticas integradas, recursos e instrumentos, sugestões complementares sobre livros, jogos, *sítes*, etc.

Em se tratando de construir identidade, o *e-book* aqui proposto passa então a ser um instrumento ao professor do 3º ano do Ensino Fundamental, pois seu foco é o aprendizado do estudante. De acordo com Fernandes (2014):

[...] partindo-se do pressuposto de que o principal objetivo do ensino de História é a formação da consciência histórica e que esta tem como um dos seus principais componentes a identidade, faz-se necessário construí-la com esses alunos. (FERNANDES, 2014, p. 81).

Assim, o documento norteia, o professor media e o estudante, ao se apropriar, transforma. Nesse processo, compreendemos que a escola é o *lócus* de interação entre o formal, não formal e o informal, e quando pode contar com a participação da comunidade, todos os segmentos se tornam sujeitos ativos no processo de construção de identidade do espaço local, da cidade como território de aprendizagem, fato que

ênfatisa a importância de olharmos para o *e-book* como um convite para conhecer a cidade e aprender história.

No entanto, não temos a pretensão de esgotar o assunto, tampouco apresentar o *e-book* como único meio para o ensino de história de Araucária, muito pelo contrário, ele reúne uma gama de referências que auxiliam o docente e o estudante na pesquisa e no aprofundamento de novas aprendizagens, pois, ao se trabalhar com a história local, temos também o desafio de buscar materiais e fontes históricas que ampliem o olhar docente para os cenários da cidade, sendo eles espaços de memória, cultura, história e patrimoniais.

Esse foi o desafio que nos levou a elaborar uma compilação de fontes, a partir de pesquisa e de documentação secundária, oficial e não oficial, para embasar a realização do produto dessa pesquisa.

Sendo assim, é nessa proposição que intencionamos apresentar o *e-book*, como já mencionado anteriormente, demonstrando à comunidade escolar o potencial patrimonial e memorialístico do município. Tal produto, organizado a partir do levantamento de imagens da cidade, será um subsídio para o trabalho docente e também para futuras pesquisas.

4. PRODUTO: *E-BOOK* A HISTÓRIA NO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL A PARTIR DOS CENÁRIOS DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIOS DA CIDADE DE ARAUCÁRIA-PR

Refletir sobre territórios da cidade de Araucária, na perspectiva educativa, é um convite aos docentes, estudantes e, sobretudo, aos gestores, pois é decisão política tornar a cidade um espaço de educação, de uso e não apenas de consumo. Requer mudança de paradigmas estruturais e transformações de impactos, pois é fundamental perceber que, quando a sociedade muda, a cidade muda com ela.

Desse modo, uma gestão participativa é essencial, pois demonstra a importância da relação entre os diversos segmentos da sociedade. Outro fator de destaque nesse contexto refere-se à necessidade de considerarmos não apenas as estruturas materiais da cidade, mas, também, as relações imateriais que a sociedade estabelece no e com o espaço da cidade. De acordo com Alves e Brandenburg (2018):

Ao se fazer uso do espaço da cidade para educar e promover o processo de ensino aprendizagem, realiza-se um processo contínuo de construção e de transformação social. Isso pode ocorrer de diversas maneiras, como no caso da exploração dos espaços de memória da cidade, tais como museus e cemitérios, e também da conscientização acerca da importância que os espaços de cidadania têm para a formação profissional e para o desenvolvimento social. (ALVES; BRANDENBURG, 2018, p. 24).

Partindo dessa premissa, pensamos na elaboração do *e-book* e optamos por organizar quatro capítulos de estudo, sendo que no primeiro apresentamos um histórico da cidade de Araucária, no segundo alguns dos seus lugares de memória, no terceiro os patrimônios reconhecidos por Lei Estadual e por Decretos Municipais e no quarto, mais imagens da cidade são apresentadas como cenários de aprendizagem.

Assim, vamos delineando o produto com materialidade curricular na esperança de que o leitor deleite-se com as imagens desses lugares e possa perceber neles as suas memórias e as possibilidades de ir a campo adquirindo novas oportunidades de aprender para além dos muros da escola.

Ao apresentar o histórico da cidade, partimos do objeto de conhecimento e objetivos de aprendizagem, conforme relacionados no Quadro 12 a seguir:

Quadro 12 – Planejamento Referencial Curricular de História de Araucária

Objeto de Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem
O “Eu”, o “Outro” e os diferentes grupos sociais e étnicos que compõem a cidade e os municípios: os desafios sociais, culturais e ambientais do lugar onde vive.	<p>(EF03HI01) Identificar os grupos populacionais que formam o município e a região, as relações estabelecidas entre eles e os eventos que marcam a formação da cidade, como fenômenos migratórios (vida rural/vida urbana), desmatamentos, estabelecimento de grandes empresas, etc.</p> <p>- Identificar os primeiros grupos humanos que ocupavam a região onde o município se formou, dos paleoíndios aos Tingui.</p> <p>(EF03HI02) Selecionar, por meio da consulta de fontes de diferentes naturezas, e registrar acontecimentos ocorridos ao longo do tempo na cidade ou região em que vive.</p> <p>(EF03HI03) Identificar e comparar pontos de vista em relação a eventos significativos do local em que vive, aspectos relacionados a condições sociais e à presença de diferentes grupos sociais e culturais, com especial destaque para as culturas africanas, indígenas e de migrantes.</p> <p>- Expressar, por meio de narrativas orais, escritas e/ou visuais sobre aspectos do município (população, economia, emancipação política, manifestações sociais e culturais, urbanização, educação, lazer e saúde, entre outros).</p>

Fonte: SMED (2022).

Apontamos possibilidades de integração com os componentes curriculares de Língua Portuguesa e de Matemática e propomos atividade oral para identificar os conhecimentos prévios dos estudantes. Além disso, no informativo para o professor, trazemos outras propostas metodológicas a partir dos conhecimentos prévios dos estudantes, sugerindo elaborar tabelas, gráficos, painéis e uma tempestade de ideias, para depois adentrarmos em um recorte da história da cidade.

Lembrando que o recorte histórico, apresentado no *e-book*, foi fundamentado no texto¹⁷ que apresentamos nesta dissertação. Nas referências do *e-book* podemos encontrar informações mais precisas e completas sobre a história de Araucária, ficando a critério docente a seleção de até onde ir com a turma.

Seguindo essa estrutura, apresentamos o capítulo 2, onde tomamos como “lugares de memória” os museus, arquivos, cemitérios, monumentos e santuários, compreendendo que são lugares que nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea. Apresentam a ideia de que são lugares materiais onde a

¹⁷ **3. MAPEAMENTO DOS MATERIAIS DE PESQUISA EM ARAUCÁRIA.**
3.1 SOBRE A CIDADE DE ARAUCÁRIA: LÓCUS DA PESQUISA.

memória social pode ser lida pelos sentidos, e são ao mesmo tempo funcionais, por guardarem memórias coletivas. Para Nora (1993):

Os lugares de memória são primeiramente, lugares em uma tríplice acepção: são lugares materiais onde a memória social se ancora e pode se apreendida pelos sentidos; são funcionais porque têm ou adquiram a função de alicerçar memórias coletivas e são lugares simbólicos onde essa memória coletiva, vale dizer, essa identidade se expressa e se revela. São, portanto, lugares carregados de uma vontade de memória. Longe de ser um produto espontâneo e natural, os lugares de memória são uma construção histórica e o interesse que despertam vem, exatamente, de seu valor como documentos e monumentos reveladores dos processos sociais, dos conflitos, das paixões e dos interesses que, conscientemente ou não, os revestem de uma função icônica. (NORA, 1993, p. 21-22).

Pontuamos que ao propor atividades dentro dessa temática, estamos objetivando também a reflexão sobre as memórias enquanto fonte de pesquisa histórica. De acordo com Barros (2009):

Para além da questão primordial que relaciona “memória”, “espaço” e “tempo” – e já empreendendo uma aproximação em relação aos demais aspectos que situam a Memória diante de suas interações e de seus contrastes em relação à História – devemos ainda pensar tanto na importância da Memória Individual enquanto material para a História (caso da História Oral), como no inquestionável valor da Memória Coletiva nesse mesmo sentido o Patrimônio Histórico como fonte, e também os inúmeros “lugares de memória” (BARROS, 2009, p. 3).

Nesse ensejo, trazemos uma proposta de encaminhamento que parte do cemitério considerado como lugar de memória e damos início ao trabalho questionando o estudante sobre a expressão “cidade dos mortos”. Considerado um lugar sagrado e representativo, por ser um espaço utilizado para homenagear os que já se foram, o Cemitério é um lugar simbólico, que representa um espaço em que a ausência se torna presença. Segundo Thompson (2014):

O cemitério caracteriza-se como um lugar de memória, uma vez que os símbolos em seu interior expressam a cultura, as crenças e os valores existentes no passado de vários grupos, destacando, assim, a memória coletiva. A memória individual está extremamente vinculada à memória coletiva, de forma que uma pessoa, ao lembrar o seu ente querido falecido, irá evocar uma série de pensamentos e sentimentos valorizados pela coletividade. (THOMPSON, 2014, p. 99).

Os cemitérios contam histórias dos antepassados, daqueles que estiveram aqui antes de nós. É possível saber, por meio do livro de registros de obituários, por exemplo, sobre as diferentes etnias que compõem a história de nosso município. De acordo com Thompson (2014):

O lugar de memória é funcional, pois gera concomitantemente a cristalização e a transmissão da lembrança. Esse lugar bloqueia o esquecimento e torna material o que é imaterial, levando à cristalização da memória, isto é do passado. Em suma, são locais com aspectos imateriais ou materiais que abrigam a memória de uma sociedade ou de uma nação. Portanto, é nesses locais que os grupos se identificam e se reconhecem como grupo, o que promove a formação da identidade e a ideia de pertencimento. (THOMPSON, 2014, p. 92).

Ainda no capítulo 2, apresentamos o Monumento ao Expedicionário¹⁸, na perspectiva de dialogar sobre o significado do termo “monumento”, que deriva do latim *monere*, que significa fazer recordar ou solicitar atenção. Assim, caracteriza-se como “uma atenção solicitada, um pensamento virado para o passado, mas também uma advertência para o futuro, uma munição para o esquecimento” (THOMPSON, 2014, p. 90).

Para Ariés (1977), “O culto aos mortos no século XX expressa patriotismo, configurando-se em uma festa em homenagem aos soldados mortos”. Trata-se de um culto da lembrança ligado ao corpo e à aparência corporal, de modo que recordar torna o morto imortal. Nessa perspectiva, o monumento ganha diversidade de significados e memórias, e de acordo com Abreu (2005):

A noção e a percepção do monumento enquanto lugar de memória, é desde logo um dos aspectos essenciais, já que, encarado dessa forma, o monumento deixa de ser uma peça arqueológica (um mono), para se tornar num feixe de significados e de memórias, que traçam a sua própria vida e ajudam a determinar o seu sentido trans histórico e metalinguístico. (ABREU, 2005, p. 215).

Defendemos que a organização do capítulo “Lugares de Memória” apresenta potencial didático e histórico e que pode contribuir para iniciar reflexões sobre conceitos históricos que serão aprofundados ao longo da educação escolar do estudante.

Realizadas as devidas pesquisas bibliográficas, seguimos para o registro imagético de alguns locais de memória da cidade e apresentamos um pouco da

¹⁸ Trata-se de um culto da lembrança ligado ao corpo e à aparência corporal, de modo que recordar torna o morto imortal. Alguns munícipes de Araucária perderam a vida na Segunda Grande Guerra Mundial e em homenagem a tais combatentes foi construído o monumento ao Expedicionário que hoje se localiza na Praça Dr. Vicente Machado, centro da cidade. O monumento em forma de obelisco foi construído no fim da década de 40, quando as cinzas dos combatentes: **José Wsoek**, **Estanislau Wojcik**, **Marcelino Jacinski** e **Adão Wojcik** retornaram da Europa para o repouso em solo brasileiro. Hoje três desses nomes são encontrados em placas que identificam ruas da cidade de Araucária.

história desses lugares, conforme se pode observar a seguir, lembrando que aqui temos apenas uma amostra do que retrata o *e-book*.

As narrativas que acompanham as fotos no *e-book* fazem parte da pesquisa bibliográfica e documental e são apresentadas sempre com as devidas referências, dando crédito aos seus respectivos autores.

Figura 3 – Arquivo Histórico Archelau de Almeida Torres



Fonte: a autora (2022).

Essas imagens são da nova sede do Arquivo Histórico, um lugar muito especial, espaço público, considerado lugar de memória, criado pela Lei Municipal nº 1.040, de 11 de abril de 1996, atualmente vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, que busca preservar a história e a memória da cidade de Araucária. Sempre dispostos a auxiliar nas pesquisas e colaborar com o planejamento docente, conta com uma equipe preparada para registrar, narrar, organizar e pesquisar fatos e fontes que retratem a história, cultura e memória do povo e dos territórios que compõem a cidade.

Figura 4 – Casa do artesanato



Fonte: a autora (2022).

Outro espaço que buscamos apresentar no *e-book* é a casa do Artesanato, que se localiza no Parque Cachoeira, na Rua Ceará, 65, no Jardim Iguazu, que é um espaço público e sua arquitetura é típica polonesa.

Foi construída em 1887, originalmente localizada em Roça Nova, e pertencia ao Senhor Antonio Duran. Em 1996, foi adquirida de Leonardo Gawlak, pela Petrobras. Foi, então, restaurada e ficou instalada na Repar até novembro de 2001. Em dezembro de 2001, foi doada para a Prefeitura Municipal de Araucária.

A escolha desse espaço justifica-se pela relação histórica com a atividade artesanal do município, que se iniciou em 1993, com a implantação do programa Artesanato Rural de Araucária (ARA), pela iniciativa da Prefeitura do Município de Araucária por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo em parceria com a Emater/PR.

No capítulo 3 do *e-book*, vamos tratar sobre os Patrimônios. O município de Araucária possui como bem tombado, em instância Estadual, a Casa do Cavalo Baio, e realizou desde o ano de 2009 pesquisas na área de patrimônio imaterial, que resultaram na publicação, no ano de 2012, do livro *Saberes de Araucária*, sexto volume da Coleção História de Araucária que também servirá de objeto de estudo neste capítulo.

Ao discorrermos sobre “Patrimônio”, referendamo-nos ao próprio Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que define educação patrimonial como algo amplo. Dessa forma, podem-se incluir as tecnologias de comunicação para a sua divulgação e acesso, ou seja, educação patrimonial constitui-se em:

[...] processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. (IPHAN, 2016).

O patrimônio material protegido pelo Iphan é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas.

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e também ao estabelecer outras formas de preservação – como o Registro e o Inventário – além do Tombamento, instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que é adequado, principalmente, à proteção de edificações,

paisagens e conjuntos históricos urbanos.

Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis, como as cidades históricas, os sítios arqueológicos e paisagísticos e os bens individuais ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Em Araucária existe uma legislação sobre a política Municipal do Patrimônio Cultural do Município de Araucária. É a Lei nº 2970/2016, regulamentada pelo Decreto nº 3744/2022, que também aparece no *e-book* como possibilidade de ampliação de conhecimentos, caso o docente queira aprofundar-se mais nessa temática. Exemplo de cenário histórico que o *e-book* traz e um dos patrimônios da cidade, reconhecido por Decreto Municipal, são as Pontes Metálicas.

Figura 5 – Pontes metálicas



Fonte: a autora (2022).

De 1912 a 1915, as pontes metálicas, cujas peças vieram da Bélgica, foram trazidas por carroças até Araucária, onde foram montadas em substituição às antigas estruturas de madeira. No entanto, como até hoje podemos verificar, o chão continua sendo de madeira. Outro detalhe importante no trecho entre as pontes é o recuo para automóveis, que exige lição de cidadania, pois somente um veículo passa por vez e o trecho é de mão dupla. Assim, deve-se ser solidário e respeitar a sua vez para atravessar a ponte.

Após propor atividade de leitura sobre o histórico das pontes, sugere-se ainda, a leitura das imagens das pontes em diferentes épocas, dialogando sobre as transformações ocorridas, suas causas e consequências, pois por meio da leitura das

imagens podemos perceber mudanças na paisagem e na construção das pontes.

Na sequência, lembramos ainda da função que o Rio Iguaçu representou para a economia da cidade e seu desenvolvimento, trazendo aos estudantes a discussão para a história da cidade relacionando-a com o tropeirismo, o comércio de mercadorias pelo Rio, o Porto das Laranjeiras que existiu em Araucária, entre outras discussões.

Ampliando o debate, trazemos as imagens dos ODS-14 e 6, para promover um diálogo sobre a relação dos ODS com a temática “Rio”, suscitada com a leitura das imagens das pontes metálicas.

Figura 6 – ODS-14 e ODS-6



Fonte: Brasil, Nações Unidas, 2022.

Dentre as leituras e após muito diálogo, sugere-se a construção do mural de vivências, que é uma atividade que proporciona oportunidades de narrativa, registro com fontes históricas e, por meio delas, trabalho com a iconografia e com a materialidade curricular.

Assim, é importante que o estudante perceba o desenho, a escrita, a pesquisa e as narrativas orais como elementos que permeiam o pensamento histórico e a produção de saberes. De acordo com a BNCC (2018),

Entre os saberes produzidos, destaca-se a capacidade de comunicação e diálogo, instrumento necessário para o respeito à pluralidade cultural, social e política, bem como para o enfrentamento de circunstâncias marcadas pela tensão e pelo conflito. (BNCC, 2018, p. 400).

No capítulo 4 do *e-book*, “Materialidade Curricular: cenários de aprendizagem”, apresentamos os potenciais educativos da cidade na compreensão dos espaços urbanos e do campo, a partir dos estímulos visuais, sonoros, olfativos, táteis e das interações com realidades históricas, memorialísticas e patrimoniais distintas, que podem ser considerados instrumentos importantes na aprendizagem e relevantes

para a formação do estudante como cidadão e sujeito histórico.

Dentre os diferentes cenários, trazemos o Parque Cachoeira, onde temos o Museu Tindi Cuera, a Casa do Artesanato, a Casa das Palavras Brincantes, a Secretaria do Meio Ambiente, a Aldeia da Solidariedade, um Ginásio de Esportes, *Playgrounds*, pista para caminhada, espaço *pet*, trilha na mata, entre outros.

Trata-se de um espaço muito grande e com muitas possibilidades de aprendizagem, que dialoga com a história da cidade, com a educação formal, informal e não formal. É um espaço muito rico em diversidade de lazer, cultura e vivências, sendo uma das atividades propostas no e-book o *tour* virtual.

A seguir, apresentamos um quadro com algumas imagens do Parque Cachoeira, que ilustram o e-book:

Quadro 13 – Parque Cachoeira de Araucária



Fonte: a autora (2022).

4.1 COMO MANUSEAR O *E-BOOK*

Pensar o produto no formato *e-book* foi também com a intencionalidade de que ele possa ser utilizado em sala de aula no modo apresentação, sem a necessidade de reprodução por meio de impressão de toda a obra, pois compreendemos a limitação da escola no que tange à impressão em grandes quantidades.

Obviamente que o ideal seria que cada estudante tivesse sua cópia, mas como é de conhecimento da autora de que as escolas possuem limitação para realizar tal feito, então optamos pelo modo digital.

Mesmo se a opção do professor for utilizar no modo apresentação, poderá selecionar o que for mais adequado para sua realidade escolar e fazer a impressão em menor quantidade. Para a realização de algumas atividades, sugere-se impressão, já que são atividades de registro escrito e até mesmo lúdicas.

O *e-book* foi pensado para ser um instrumento auxiliar no planejamento das aulas de História no 3º ano do Ensino Fundamental e conforme consta na apresentação do produto, organizamos uma relação de ícones que estarão presentes nos capítulos que o compõem, os quais são um guia para docentes, pois indicam como manusear o *e-book*.







Os ícones foram planejados, pensados e desenhados pela minha filha de 12 anos. A intenção de trazer esse olhar de criança para o *e-book* configura-se na representatividade infantil no contexto educativo da cidade com potencial educador, pois, como defende Tonucci¹⁹, é preciso ouvir os pequenos, dando a eles papel de protagonista na construção da cidade educadora.

Assim, propomos, por meio do olhar de uma estudante, o indicativo ao docente de como manusear o *e-book*, refletindo, a partir dessa ação, o papel cidadão da criança na cidade que aprende a ouvir suas necessidades e desejos.

No Quadro 14 a seguir, apresentamos tais ícones e a funcionalidade deles.

¹⁹ Pensador, pedagogo e desenhista, o italiano Francesco Tonucci dedicou-se ao estudo de questões relacionadas à educação, especialmente às crianças, e à formação de professores. Defensor da participação social da infância na discussão pública sobre futuro das cidades, ele é responsável pelo projeto internacional “A cidade de meninas e meninos” e há mais de 20 anos estabeleceu uma rede de mais de 200 cidades na Itália, Espanha e América do Sul, incluindo Jundiaí. Disponível em: <https://cultura.jundiai.sp.gov.br/agenda-cultural/2a-fluj-o-protagonismo-da-crianca-com-francesco-tonucci/>. Acesso em: 7 ago. 2022.

Quadro 14 – Ícones do *E-book*

ÍCONE	FUNÇÃO
	<p>Indica atividade de leitura que pode ser realizada pelo docente ou pelos estudantes de forma individual e/ou coletiva. Exemplo de atividade sugerida:</p> <p>“cada estudante recebe um parágrafo do texto e deve tentar ordenar o texto para organizá-lo na sequência correta. Essa atividade pode ser realizada em grupos ou coletivamente. Ao final do <i>e-book</i>, o professor encontrará o texto fatiado para reproduzir e entregar aos estudantes”.</p>
	<p>Indica atividade complementar de pesquisa, por meio de indicação de <i>links</i> e referências que otimizam o tempo da pesquisa. Exemplo de atividade sugerida:</p> <p>“Que tal conhecer um pouco mais sobre os povos originários visitando o Museu de arte indígena? Acesse o <i>link</i> e aprecie: https://www.tourvirtual360.com.br/mai/mai.htm”.</p>
	<p>Indica atividade a ser realizada em duplas ou grupos, e aparece no início de cada capítulo para identificar os conhecimentos prévios dos estudantes. No decorrer do capítulo, volta a aparecer indicando a realização de interpretação oral e coletiva da narrativa ou de imagens, finalizando as atividades para registro narrativo do que foi apreendido com o estudo da unidade e realização das atividades propostas.</p>
	<p>Indica a realização da sistematização escrita das atividades propostas. Em alguns momentos, essas atividades são de integração de componentes curriculares, como a do exemplo a seguir: “Resolva as operações e substitua o resultado das operações pelas letras da tabela ao lado para descobrir dois patrimônios culturais imateriais do nosso Brasil”.</p>
	<p>Indica um informativo, comentário, dirigido ao professor.</p> <p>Exemplo: “Professor, a seguir temos um caça-palavras, atividade para ser reproduzida para que os estudantes possam realizar, de forma a integrar a possibilidade de escrita à leitura de texto”.</p>
	<p>Indica uma atividade lúdica, e sempre vai aparecer ao final da unidade.</p> <p>Exemplo: Monte o quebra-cabeça de um dos cenários da cidade de Araucária.</p>

Fonte: a autora (2022).

Em cada capítulo, há indicativos de possibilidades de integração com outros componentes curriculares de acordo com a BNCC. Lembrando que o Planejamento Referencial Curricular de Araucária contempla os objetos de conhecimento e objetivos de aprendizagem pontuados na BNCC. Porém, o professor pode ampliar essa possibilidade de integração a partir de sua prática e das necessidades da turma.

As atividades foram planejadas com o objetivo de possibilitar a construção de narrativas orais que partem dos conhecimentos prévios dos estudantes e dão significado à oralidade, leitura e escrita. Um exemplo de atividade nessa proposição é o mural de vivências, que é uma atividade que proporciona oportunidades de narrativa, registro com fontes históricas e, por meio delas, trabalho com a iconografia, com a materialidade curricular.

Ao final do *e-book*, o docente encontrará comentários acerca das atividades propostas, quatro anexos de atividades lúdicas e as referências com o intuito de contribuir em novas pesquisas. A intenção de trazer o lúdico ao material proposto vem ao encontro de uma das famosas frases de Tonucci: *Todos los aprendizajes más importantes de la vida se hacen jugando.*

Creemos na possibilidade de que o docente utilize esse material com a certeza de que estará trazendo aos estudantes um convite para conhecer os espaços memorialísticos, patrimoniais e culturais da cidade que tem história a ser visitada. E, quando possível, levar os estudantes para aprender além dos muros da escola, aprender na cidade e com a cidade que apresenta potencial educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que o objetivo geral desta pesquisa foi atingido pois estamos entregando junto com a dissertação o produto em formato *e-book*, de instrumentalização para o ensino da História do Município de Araucária, visando conscientizar e demonstrar à comunidade escolar e à população local o potencial histórico, patrimonial e memorialístico do município.

Para tal, elaboramos uma compilação de fontes, com base em pesquisas em documentação secundária, oficial e não oficial, embasando o produto. Exploramos ainda, por meio da pesquisa documental e bibliográfica, o atual estado do Ensino de História para os anos iniciais, do município de Araucária, detectando potencialidades e lacunas que nortearam a produção do *e-book*. Organizamos um levantamento de imagens com apelo histórico, patrimonial e memorialístico da cidade de Araucária, como fontes para o ensino de História no terceiro ano do Ensino Fundamental.

Não podemos deixar de dizer o quanto este trabalho de pesquisa nos encantou e nos permitiu um novo olhar para o ensino de História a partir da cidade com potencial educador.

A coleta imagética e o uso dela enquanto fonte histórica foi uma experiência de aprendizagem que nos remete a pensar no uso de diferentes fontes no ensino de História, como por exemplo, o produto desta dissertação e na necessidade de levar ao estudante a percepção de que ele é um sujeito histórico, detentor de uma importante ferramenta política, ainda que em desenvolvimento e permeada de experiências, cuja temporalidade ainda se centra num passado pouco remoto, o pensamento histórico.

A motivação em seguir com a pesquisa nos faz crer que existem inúmeras possibilidades para se avaliar o produto decorrente dessa pesquisa, ou seja, seria excelente poder acompanhar o trabalho realizado em sala de aula a partir do *e-book* proposto e validar na prática a sua elaboração, consolidando novas atualizações uma vez que não está acabado, pois sendo um produto orgânico, atrelado a intencionalidade pedagógica, está em construção.

Além disso, apontamos a necessidade explícita de novas pesquisas a partir das temáticas Cidades Educadoras e ODS, partindo do pressuposto de que enquanto cidadãos devemos nos integrar aos anseios, às necessidades, às problemáticas e aos

desafios da cidade de Araucária, pois o relatório situacional nos mostra algumas das fragilidades da cidade. A temática “cidades educadoras” convida a rever a relação que temos com a cidade bem como a intencionalidade com que a cidade é produzida e modificada.

Enquanto docentes e cidadãos, temos o dever de refletir, buscar conhecimentos e superar desafios. Deixamos então o desafio de seguir com a pesquisa, revendo possíveis lacunas e ampliando horizontes.

REFERÊNCIAS

ABREU, José Guilherme. Arte pública e lugares de memória. **Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património**. Porto, Série I, v. IV, p. 215-234, 2005.

AICE. **Carta das Cidades Educadoras**. Barcelona, 2021. Disponível em: <https://www.edcities.org/pt/carta-das-cidades-educadoras/>. Acesso em: 1º abr. 2022.

AICE. Associação Internacional das Cidades educadoras. **Carta das Cidades Educadoras**, 2020. Disponível em: <http://www.bcn.cat/edcities/aice/estatiques/espanyol/seccharte.html>. Acesso em: 20 ago. 2021.

AICE – Associação Internacional das Cidades Educadoras. **Educação e vida urbana? 20 anos de Cidades Educadoras**. Disponível em: <http://www.edcities.org/wp-content/uploads/2015/11/livro-20-anos-cidades-educadoras-PT.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

ALMEIDA, Rafael de Jesus Andrade de. **Araucária, nossa história: espaço e memória**. Araucária: Secretaria Municipal de Educação, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1VTZqTiSpq70OMxdgVkxRZ1CEIIFRMOkB/view?usp=sharing> - Acesso em 27 de abril de 2022.

ALMEIDA, Rafael de Jesus Andrade de. **Araucária, nossa história: povoamento e trabalho**. Araucária: Secretaria Municipal de Educação, 2019.

ALVES, A. R.; BRANDENBURG, E. J. **Cidades Educadoras: um olhar acerca da cidade que educa**. Curitiba: Intersaberes, 2018.

ARAUCÁRIA, Prefeitura Municipal. **Acervo do Arquivo Histórico Archelau de Almeida Torres**. Depoimentos, iconografias e explicações, 2021

ARAUCÁRIA. Prefeitura Municipal. **A construção de uma história: a presença étnica em Araucária**. Coleção História de Araucária, v. 5. Araucária: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 2010.

ARAUCÁRIA. Prefeitura Municipal. **Agricultura e Indústria: memória do trabalho em Araucária**. Coleção História de Araucária, v. 1. Araucária: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 2010.

ARAUCÁRIA. Prefeitura Municipal. **Da madeira ao aço: a industrialização de Araucária**. Coleção História de Araucária, v. 4. Araucária: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1999.

ARAUCÁRIA. Prefeitura Municipal. **Mestres alunos e escolas: a memória do ensino em Araucária**. Coleção História de Araucária, v. 3. Araucária: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1997.

ARAUCÁRIA. Prefeitura Municipal. **Os espaços de lazer em Araucária**. Coleção História de Araucária, v. 2. Araucária: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 2002.

ARAUCÁRIA. Prefeitura Municipal. **Saberes de Araucária**: causos, culinária, simpatias, benzimentos e medicina popular. Coleção História de Araucária, v. 6. Araucária: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 2012.

ARAUCÁRIA. Prefeitura Municipal. **Aprendizagem para todos**. Caderno Pedagógico, 2014. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1JW24UXEG6UO-JYdnwH8v4IPO2kYz7ezF/view>. Acesso em: 31 jul. 2022.

ARAUCÁRIA. Prefeitura Municipal. **Caderno Pedagógico, Pedagogia Histórico-Crítica e Desenvolvimento Humano, 2015**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1VK71qSOU-IMAXp0UIF11Z2xnI62RCZPf/view>. Acesso em: 31 jul. 2022.

ARAUCÁRIA. Prefeitura Municipal. **Caderno Pedagógico, Investigação da Prática Pedagógica, 2017**. Disponível em <https://docs.google.com/document/d/1FojNBhsn4P3tVgTcc8noPlaE8NDwlAXj2Tqxz2xWZEE/edit>. Acesso em: 31 jul. 2022.

ARAUCÁRIA. Prefeitura Municipal. **Caderno Pedagógico, Investigação da Prática Pedagógica 2018**. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1Hlsx5pfd1xGgsX0W7il5KoujxCs2hmS5fFI5LcS kwql/edit>. Acesso em: 31 jul. 2022.

ARAUCÁRIA. Prefeitura Municipal. **Caderno Pedagógico, Pesquisa práticas e vivências na educação, 2019**. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1i8ILPZnaN6dWeyoTwHZq9gyXvizwAWI-dMWNMNuoPNg/edit>. Acesso em: 31 jul. 2022.

ARAUCÁRIA. Prefeitura Municipal. **Caderno Pedagógico, Desafios e Possibilidades em tempos de pandemia, 2020**. Disponível em: <https://araucaria.atende.net/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1621873659168&file=AE2D457FC6E5943121CD4EA21F1043BDAE999CE4&sistema=WPO&classe=UploadMidia>. Acesso em: 31 jul. 2022.

ARAUCÁRIA. Prefeitura Municipal. **Caderno Pedagógico, Relacionamento humano, vivências e aprendizagens no ensino remoto, 2021**. Disponível em: <https://araucaria.atende.net/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1652298051596&file=0C5964E7D3CD252A4549A1F8CCD76C71D9814F91&sistema=WPO&classe=UploadMidia>. Acesso em: 31 jul. 2022.

ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.
BEHRENS, M. A. **Formação continuada de professores e a prática pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 1996.

BERNARDI, Jorge. **A organização municipal e a Política Urbana**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

BERNET, J. T. Cidades Educadoras: bases conceptuales. *In*: ZAINKO, Maria Amélia Sabbag (org.). **Cidades Educadoras**. Curitiba: UFPR, 1997.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana. **Revista Brasileira de História. Dossiê Ensino de História. Memória, História e Historiografia**, São Paulo, v.13, n. 25-26, 1992.

BITTENCOURT, Renato Nunes. Identidade e alteridade na história da formação sociocultural brasileira. **Expedições: Teoria da História & Historiografia**, v. 4, n. 2, ago./dez. 2013, p. 124-147. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/2098. Acesso em: 19 jun. 2022.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL **Constituição (1988)**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Distrito Federal, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 7 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Distrito Federal, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Distrito Federal, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 25 maio 2021.

CABEZUDO, Alicia. Cidade Educadora: uma proposta para os governos locais. *In*: GADOTTI, Moacir; PADILHA, Paulo Roberto; CABEZUDO, Alicia (org.). **Cidade educadora: princípios e experiências**. São Paulo: Cortez, 2004.

CARBONELL, J. **A aventura de inovar: a mudança na escola**. Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CARBONELL, J. **Pedagogias do século XXI: bases para a inovação educativa**. Porto Alegre: Penso, 2016.

CASSEMIRO, FLAVIA IZABEL KESKE. **Ensino de História nos Anos Iniciais: contribuições teórico-práticas para professores e professoras no município de Curitiba**. Campo Mourão, PR, 2020. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/581026/2/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20ProfHist%c3%b3ria%20Unespar_Flavia%20Izabel%20Keske%20Cassemiro.pdf. Acesso em: 24 abr. 2022.

CAVALCANTI, E. V. A história encastelada e o ensino encurralado: reflexões sobre a formação. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 72, p. 249-267, nov./dez. 2018.

CAVAZZANI, André Luiz; CUNHA, Rogério Pereira. **Ensino de História: itinerário histórico e orientações práticas**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução: Luciana de O. da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUNHA, Manoela Carneiro (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

CURY, C. R. J.; TOSTA, S. F. P. **Educação, cidade e cidadania: leituras de experiências socioeducativas**. Belo Horizonte/São Paulo: Autêntica, 2007.

FERNADES, Lindamir Zeglin. **Patrimônio cultural e saber histórico escolar, 2004**. Disponível em <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/34227>. Acesso em: 5 abr. 2022.

FERMIANO, Maria Belintane; SANTOS, Adriane Santarosa. **O ensino de História para o fundamental 1: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2014.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Tradução: Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, P. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

GADOTTI, Moacir. A escola na cidade que educa. Cadernos Cenpec. **Nova série**, [S.l.], v. 1, n. 1, maio 2006. ISSN 2237-9983. Disponível em: <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/160>. Acesso em: 3 set. 2021.

GADOTTI, Moacir; PADILHA, Paulo Roberto. Escola cidadã, cidade educadora: projeto político-pedagógico e práticas em processo. *In*: GADOTTI, Moacir; PADILHA, Paulo Roberto; CABEZUDO, Alicia (org.) **Cidade educadora: princípios experiências**. São Paulo: Cortez, 2004.

GATTI, Bernadete A. **Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 113, p. 65-81, jul. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/VVXgbRbzwswsLTZvmYSL6M9b/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 8 ago. 2021.

GERONASSO, Jociane Emidia Silva. **Diretrizes Municipais de Educação de Araucária/PR (2012): uma análise a partir do ciclo de políticas**, 2016. Disponível em

<https://www.pucpr.br/escola-de-educacao-e-humanidades/mestrado-e-doutorado/producao-academica/>. Acesso em: 5 ago. 2022.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, SP, v. 26, n. 2, 1995.

JUNIOR, E. B.; OLIVEIRA, G. S.; SANTOS, A. C. O; L.; SCHNEKENBERG, G. F. Análise documental como percurso metodológico na Pesquisa Qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 44, p. 36-51, 2021.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias, o novo ritmo da informação**. 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.

KRIPKA, R.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. Atas CIAIQ2015. Investigação Qualitativa em Educação. **Investigación Cualitativa en Educación**, v. 2, p. 243-247, 2015.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 1990. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/sele%C3%A7%C3%A3o_2020.1/LE_GOFF_-_Documento_monumento.pdf. Acesso em: 20 ago. 2022.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAUAD, Ana Maria. Usos do passado e História pública no Brasil: a trajetória do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (1982-2017). **História Crítica**, Bogotá, Universidad de los Andes. n. 68, abr./jun. 2018, p. 27-45. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/doi/full/10.7440/histcrit68.2018.02>. Acesso em: 4 maio 2022.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider; LOUAULT. Frédéric. Trinta anos da "Constituição Cidadã": contribuições da história e da ciência política. **Revista Estudos Ibero-Americanos**, v. 44, n. 2, 2018 Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/31189/17106>. Acesso em: 17 jun. 2022.

MIRANDA, Márcio Batista de; SOUZA, Richard Perassi Luiz de. **O e-book como mídia do conhecimento**. Florianópolis, 2013. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/ceart/id_cpmenu/5932/Artigo12_15505120525828_5932.pdf. Acesso em: 27 abr. 2022.

MOLL, J. A cidade e os seus caminhos educativos: escola, rua e itinerários juvenis. *In*: AICE – Associação Internacional das Cidades Educadoras. **Educação e vida urbana? 20 anos de Cidades Educadoras**.

MOSÉ, V. **A escola e os desafios contemporâneos**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2013.

NETO, Antonio Simplicio de Almeida. Projetar sobre projetos: currículo e ensino de **História**. *Educ. Rev.*, v. 36, 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NÓVOA, Antonio. **Professores**: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.

NÓVOA, A. **Para uma formação de professores construída dentro da profissão**. Lisboa: Dom Quixote, 1992. Disponível em: http://www.revistaeducacion.educacion.es/re350/re350_09por.pdf . Acesso em: 30 jun. 2021.

NÓVOA, Antonio. Formação de professores e profissão docente. *In*: NÓVOA, A. (org.). **Os professores e a sua formação**. 1. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PARANÁ. **Relatório de visita Técnica ao Sítio Arqueológico Araucária** Targino 1. Curitiba: Secretaria do Estado da Cultura, Museu Paranaense- Setor de Arqueologia, 2017.

PARELLADA, Claudia Inês. **Os primeiros povos. Sociedade Indígena no Paraná**. SEEC-PR, 2006.

PINHAL, Ana L. C. Ferreira. **Cidade educadora como potencialidade educacional**: a educação para além da escola. Dissertação (Mestrado em Educação) – Porto Velho, Rondônia, 2017. Disponível em: <https://docplayer.com.br/115068439-Universidade-federal-de-rondonia-nucleo-de-ciencias-humanas-programa-de-pos-graduacao-stricto-sensu-em-educacao-mestrado-academico-em-educacao.html>. Acesso em: 7 jul. 2021.

POZO, J. M. D. O conceito de cidade educadora, hoje. *In*: BOSCH, Eulàlia (ed.) AICE – Associação Internacional das Cidades Educadoras. **Educação e vida urbana**: 20 anos de Cidades Educadoras. Portugal: Gráfica Almondina, 2013.

PROVOPAR: Vida indígena no Paraná: memória, presença, horizontes. PARELLADA, Claudia Inês *et al.* Curitiba: **Provopar Ação Social/PR**, 2006.

QUEIROZ, Roosevelt Brasil. **Formação e gestão de políticas públicas**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. DE; GUINDANI, J. F. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Amp. Ciências Sociais**, v. 1, n. 1. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 7 ago. 2022.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **O curriculum oculto**. Porto: Porto Editora, 1995.

SANTOS, Pablo S. M. B. **Guia prático da política educacional no Brasil: ações, planos, programas, impactos**. 2. ed. revisada e ampliada. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

TOMASINO, Kimiwe. Os povos indígenas no Paraná: 500 anos de encobrimento. VILALOBOS, J. G. (org.). **Geografia Social e Agricultura no Paraná, Maringá: Programa de Pós Graduação em Geografia – UEM, 2001.**

THOMPSON, Barbara. **Memória e exaltação da vida no cemitério monumental**, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/download/14883/pdf>. Acesso em: 6 maio 2022.

TUZZO, S. A.; BRAGA C. F. O processo de triangulação da pesquisa qualitativa: o metafenômeno como gênese. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, SP, v. 4, n. 5, p. 140-158, ago. 2016.

TERRITORIALIZAÇÃO E ACELERAÇÃO DOS ODS: diagnóstico situacional de indicadores ODS. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Brasília: PNUD, 2020.

WACHOWICZ, Romão. **A saga de Araucária**. Curitiba: Gráfica Vicentina Ltda., 1975. p. 119-120.

WACHOWICZ, Romão. **Homens da terra**. Curitiba: Vicentina, 1997.

WACHOWICZ, Ruy. Evolução política de Araucária. **Jornal dos Pinheirais**, v. 2, n. 31, p. 6, fev. 1980.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

WACHOWICZ, Ruy. **Tomas Coelho – uma comunidade camponesa**. Curitiba: Real Artes Gráficas Ltda., 1977.

ZAINKO, M. A. S. *et al.* **Cidades Educadoras**. Curitiba: UFPR, 1997.

ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO DE PESQUISA

Prefeitura do Município de Araucária
Secretaria Municipal de Educação

TERMO DE CONSENTIMENTO


Título preliminar da pesquisa:

**CURRÍCULO E CENÁRIOS DE APRENDIZAGEM: FERRAMENTAS DE
DIVULGAÇÃO DA HISTÓRIA, NA INTERFACE COM A FORMAÇÃO CONTINUADA
DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA-PR**

Eu, Adriana de Oliveira Chaves Palmieri, CPF sob nº007.146.379-80, representante responsável da Secretaria de Educação, do Município de Araucária, Estado do Paraná, autorizo a realização da pesquisa de cunho acadêmico, relacionada ao projeto de pesquisa Currículo e Cenários de Aprendizagem: Ferramentas de Divulgação da História, na Interface com a Formação Continuada do Município De Araucária-PR, da mestranda Sueli de Fátima Ferreira de Andrade, sob a orientação do Prof. Dr. André Luiz M. Cavazzani, Do Programa de Pós-Graduação em Educação e Novas tecnologias, do Centro Universitário Internacional – UNINTER.

Estou ciente que o desenvolvimento da pesquisa se dará por meio da pesquisa Bibliográfica e Documental, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação.

Araucária, 12 de abril de 2022


ADRIANA DE OLIVEIRA CHAVES PALMIERI
Secretária Municipal de Educação

SMED
Secretaria Municipal de Educação
Rua Lourenço Jasiocha n. 2197
CEP 83.702-090 - Centro
ARAUCÁRIA-PR
Fone: (41) 3614-7450
smed@educacao.araucaria.pr.gov.br